1. Exclusão social

em busca de uma categoria

Sarah Escorel

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESCOREL, S. Exclusão social: em busca de uma categoria. In: *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 23-81. ISBN: 978-85-7541-605-1. Available from: doi: [10.7476/9788575416051.0003](https://doi.org/10.7476/9788575416051.0003). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051.pdf>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

EXCLUSÃO SOCIAL: em busca de uma categoria

'Exclusão social' é uma expressão cada vez mais utilizada por governantes, jornalistas, políticos e estudiosos. É tema de conferências, congressos, livros e trabalhos. Pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito.

Quando um termo pode designar muitos fenômenos, acaba por não caracterizar fenômeno algum. Para considerar a exclusão social como uma categoria que possibilite compreender e analisar a pobreza urbana, é preciso discutir esse conceito à luz de outros utilizados para nomear e estudar o fenômeno, perguntando até que ponto há alguma novidade no cenário da sociedade. Caso haja alguma inovação, haverá a exigência da utilização de novas e/ou diferenciadas categorias. O uso de termos, conceitos e categorias não é impune; revela as representações sociais existentes e a abordagem do pesquisador e, sobretudo, "as identidades sociais criadas pelo poder simbólico da nomeação, que confere uma existência social, que atribui um modo de ser em sociedade aos indivíduos, grupos ou classes" (Bourdieu apud Telles, 1992a).

Nesse processo analítico será necessário diferenciar entre "termos", "noções", "conceitos" e "categorias". Os termos, ou as simples palavras, sempre são revestidos de significados; porém, emergindo do vocabulário ordinário, oriundos do senso comum, guardam uma coerência interna ao emissor, revelam elementos do seu universo simbólico individual, mas não permitem evidenciar nem uma teoria nem os elementos constituintes de um processo de conhecimento. As noções, por sua vez, podem constituir os elementos iniciais de um processo de conhecimento, pois

são aqueles elementos de uma teoria que não apresentam clareza suficiente e são usados como 'imagens' na explicação do real. Por conceitos entendemos as unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria; representam as vigas mestras de toda construção teórica (...) um caminho de ordenação da realidade. E, por categorias entendemos os conceitos mais importantes de uma teoria. (Minayo, 1992)

Eis, então, o caminho a percorrer: estabelecer os contornos da imagem para conseguir caracterizá-la como um conceito que oriente a compreensão da realidade, conferindo-lhe um estatuto de categoria na análise do fenômeno da pobreza urbana no Brasil contemporâneo.

A noção 'exclusão social' e, posteriormente, o trabalho conceitual e empírico sobre a questão social tiveram origem e alcançaram seu maior desenvolvimento em solo francês, de onde provém a maior parte da bibliografia sobre o assunto. Isso implica discutir a pertinência e validade analítica na utilização da categoria em outra realidade social e conduz a que os dois contextos sociais sejam constantemente cotejados – mesmo sem o propósito comparativo.

Esta é uma parte árida do trabalho e que encerra um risco: mergulhando nas palavras, noções, conceitos ou categorias, perder de vista os seres humanos e suas condições de vida cotidianas. Nessa hora em que escrevo e busco elucidar os termos empregados, conferir-lhes estatutos teóricos, onde andam meus entrevistados? Tomaram café? Estão de ressaca? Vão lavar a roupa na Praia de Botafogo? Brigaram ontem à noite, estão machucados, feridos? Saíram para garimpar, apareceu algum serviço, têm dinheiro no bolso? Estão deprimidos ou animados? Que dia os espera? Está chovendo? Encontraram abrigo, estão agasalhados? O risco da (necessária) busca de precisão conceitual é acabar erguendo um muro suficientemente alto que impossibilite visualizar a realidade vivida e sentida cotidianamente pelos excluídos e, invertendo as prioridades, conduzir a um trajeto onde já não teria importância de quem estamos falando e sim o que estamos falando, processo que não deixa de ser uma forma de transformar seres humanos em objetos.

DESIGUALDADE E POBREZA

A desigualdade parece ser inerente a qualquer sociedade, tradicional ou moderna, hierárquica ou democrática, feudal ou capitalista. Revela como é realizada a distribuição de riquezas em um determinado contexto histórico-social e, por sua vez, possibilita identificar os valores sociais que orientam essa distribuição.

Os seres humanos não são iguais, são diferentes entre si, ou melhor, são únicos: “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 1991). A igualdade não é inata, característica de uma ‘natureza’ humana; é o produto da ação dos homens em sociedade e, portanto, não é constituinte da esfera privada, muito

menos do âmbito da personalidade individual; é uma categoria da esfera pública. As sociedades diferem entre si e no tempo em relação à adoção da igualdade como valor das interações sociais ou como critério de distribuição, segundo a sua concretização ou não, segundo seu grau ou intensidade e segundo os âmbitos de sua prevalência na vida social.

As modalidades e os mecanismos mediante os quais são distribuídos bens e recursos escassos estruturam a sociedade, atribuindo posições diferenciadas relativas aos indivíduos e grupos quanto ao acesso aos bens, e também quanto a uma escala de valores mediante a qual esses lugares sociais são avaliados. Em uma dada sociedade há que se analisar, em determinados contextos históricos, qual o fato fundamental que está na origem da estrutura de posições e papéis sociais (propriedade da terra, artes militares, meios de produção, trabalho etc.). As estratificações sociais podem ser diferenciadas também pelo modo como os indivíduos são destinados aos diversos papéis sociais (mecanismos de natureza adscritiva ou de natureza aquisitiva) e pelas possibilidades ou empecilhos, de natureza objetiva e subjetiva, que os indivíduos encontram para mudar de lugar social, ou seja, pela dinâmica interna de mobilidade social (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1991).

As três dimensões essenciais do processo de estratificação são a riqueza, o prestígio e o poder. Nas sociedades ocidentais e modernas, ou melhor, no modo de produção capitalista, os fatores que orientam a estratificação são a propriedade dos meios de produção e a divisão social do trabalho, conformando um sistema de classes sociais. As classes sociais são estabelecidas a partir de um sistema de relações distribuídas em uma escala de acesso às riquezas e de valores (não-unívocas) que lhes atribui determinadas posições sociais. Nesse sentido, a desigualdade social é um conceito relativo, assim como os estatutos que adscrive (riqueza, pobreza e média) são estabelecidos uns em relação aos outros. A pobreza relativa, a desigualdade, é a falta de recursos ou de consumo em relação a padrões usuais ou aprovados do que é considerado essencial, pela sociedade, para uma vida digna. A pobreza absoluta significa não ter acesso aos bens e serviços essenciais, é o afastamento de um mínimo necessário à manutenção da sobrevivência física de um indivíduo.

Em uma dada formação social, contextualizada espacial e historicamente, convivem classes e frações de classes, grupos sociais, que guardam certa homogeneidade interna média em relação ao seu acesso às riquezas nacionais. Essa homogeneidade é um parâmetro operacional para a mensuração da pobreza e da desigualdade social, mas não permite desvendar as condições e dificuldades individuais ou familiares cotidianas de acesso aos bens e serviços na medida em que na experiência diária interferem múltiplos fatores condicionantes e determinantes.

Os indicadores mais utilizados para medir a desigualdade social em relação à distribuição de renda são os índices de Gini e de Theil,¹ a proporção de renda apropriada por estratos e a relação entre os rendimentos médios dos estratos mais pobres e dos mais ricos. Os relatórios sobre desenvolvimento humano têm comparado a distribuição percentual da renda familiar por seis estratos centis: 20% de renda inferior (extremamente pobres), 20% pobres, 20% de classe média baixa, 20% de classe média, 20% de classe média alta – neste último, destacando-se os 10% dos ricos.

A desigualdade social tem sido uma das características predominantes no desenvolvimento histórico do Brasil, mesmo considerando apenas o período republicano. Os âmbitos regionais e rurais da desigualdade social nunca foram superados e o desenvolvimento industrial concentrador não conseguiu relegá-la a um passado. Ainda que os discursos governamentais enfatizassem a idéia de que a desigualdade era residual e transitória, ou apelassem para sacrifícios temporários (“esperar o bolo crescer para depois reparti-lo”), ao longo das últimas décadas sempre foram as camadas mais pobres as que viram seu futuro de renda e consumo cada vez mais longínquo. A situação agravou-se enormemente a partir das crises econômicas dos anos 70 e 80 e, na década de 90, o Brasil foi classificado por organismos das Nações Unidas como um dos países de maior desigualdade social.

O Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud),² disponível a partir de 1990, situou o Brasil (com um IDH de 0,730) em 70º lugar entre 173 países encabeçados pelo Japão, que apresentou um IDH de 0,983. Em 1992, quando o Canadá apresentou o IDH mais elevado (0,932) – valor inferior ao do Japão em 1990 – ocorreu uma melhoria do IDH no Brasil (0,756), que passou a ocupar a 63ª posição.³ Apesar da intensa desigualdade no Brasil entre 1960 e 1980, ocorreram períodos com altas taxas de crescimento econômico,⁴ elevação do PIB e aumento da renda nacional indicando a prevalência de um padrão de desenvol-

¹ Ambos variam de zero, quando todas as pessoas têm a mesma renda, até $1-1/n$, quando uma única pessoa se apropria de toda a renda. O índice de Gini é mais utilizado e compara a proporção do rendimento total auferido por uma parcela da população em relação ao peso relativo dessa parcela no conjunto da população. O índice de Theil é mais sensível ao que ocorre com as rendas relativamente mais elevadas (Duchiade, 1995; Hoffmann, 1990).

² O Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) visa mensurar as condições de se desfrutar uma vida longa e saudável, de se adquirir conhecimentos, e de se ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (rendimentos, poder aquisitivo real). As faixas de classificação são: IDH alto até 0,800, IDH médio entre 0,500 e 0,800 e IDH baixo quando inferior a 0,500 (Pnud, 1996).

³ O relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil de 1996 refere para 1991 um IDH de 0,797 (Pnud, 1996).

⁴ A taxa média de crescimento anual do PIB entre 1965 e 1980 foi de 8,8% e, entre 1980 e 1988 foi de 2,9 a.a. (Banco Mundial, 1990).

vimento social e de mecanismos econômicos que estruturam uma desigualdade ligada à dinâmica de crescimento.

Desde a década de 60, a desigualdade cresceu continuamente e a evolução da pobreza acompanhou os ciclos econômicos de curto prazo. Entre 1980 e 1990, ocorreu um nítido aumento do grau de desigualdade com alto índice de concentração nos estratos superiores da distribuição (Pnud, 1996).

Alguns dados falam por si:

Tabela 1 - Participação na renda (%) e coeficiente de Gini

Anos	20% mais ricos	50% mais pobres	Coef. de Gini
1960	54	18	0,500
1970	62	15	0,562
1980	63	14	0,581
1990	65	12	0,618 ⁵

Fontes: Pnud, 1996; Duchiade, 1995.

Em 1992, o Brasil apresentava uma razão de 32,1 vezes entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres. No mesmo ano, a concentração de renda era da ordem de: 7,5 vezes na França, 6 vezes na Itália, 4,4 vezes na Espanha e 15,5 vezes na Colômbia (Pnud, 1994). Em 1989, apenas 7,4% do rendimento total cabiam a 40% das famílias mais pobres enquanto, no outro extremo, 14,4% do rendimento total ficou com 1% das famílias brasileiras. Ao longo da década de 80, a parcela reservada aos 10% mais pobres não passou de 1%, ao passo que os 10% mais ricos aumentaram sua participação de 44,9% do rendimento total em 1981, para 48,1% em 1990 (Duchiade, 1995). Nesta década, os 10% mais ricos aumentaram sua participação no conjunto da riqueza nacional e a concentração de renda cresceu também no interior desse grupo: os 5% mais ricos subiram sua participação de 31,9% em 1980 para 34,4% em 1990, e o estrato de 1% mais rico aumentou sua participação de 12,1% para 13,9% entre 1981 e 1991 (Tavares & Monteiro, 1994). No Brasil, em 1989, o rendimento médio do 1% mais rico era 230 vezes maior do que o rendimento médio dos 10% mais pobres (Sabóia, 1993).

O acesso diferenciado dos grupos sociais é apresentado através de estratos populacionais de rendimentos cuja unidade de medida pode ser uma moeda estável como o dólar americano ou um parâmetro nacional como o salário

⁵ Dado de 1989 (Duchiade, 1995).

mínimo, enquanto o denominador é variado: população economicamente ativa, famílias, indivíduos, domicílios etc. Em geral, o conjunto da população é subdividido em cinco ou seis estratos de renda, aos quais são atribuídos letras (classes de A a E) ou nomes. A última fração, aquela que relativamente tem menor acesso à riqueza nacional, é chamada de “baixa renda”.⁶

Tradicionalmente têm sido utilizados dois métodos para a mensuração da pobreza: o método direto, que estabelece um padrão de consumo (necessidades básicas), e o método indireto, no qual o parâmetro adotado é relativo aos rendimentos. Ambos podem ser criticados, seja porque as necessidades básicas de consumo diferem entre regiões do país e mesmo entre famílias ou indivíduos, seja porque os rendimentos não constituem o conjunto dos meios de sobrevivência de que a família ou o indivíduo podem dispor. Além do arbítrio do pesquisador que define o patamar limítrofe da carência, os dois métodos não incorporam a complexidade e a heterogeneidade da pobreza.

No interior de um conjunto populacional/territorial são demarcadas as linhas de pobreza e de indigência através de unidades de medida que podem variar, porém giram em torno dos suprimentos alimentares. As linhas delimitam os indivíduos (ou famílias ou População Economicamente Ativa – PEA – etc.) situados abaixo delas como pobres e indigentes (muito pobres). A linha da indigência demarca valores *per capita* que cobrem apenas gastos com a alimentação e a linha de pobreza indica valores *per capita* para fazer face a todas as necessidades básicas, alimentares e não-alimentares (Lopes, 1992). Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), são consideradas pobres as famílias com renda inferior ao custo de duas cestas básicas de alimentação, e indigentes aquelas cuja renda não é suficiente nem para a aquisição de uma cesta (Simões Jr., 1992).

Sônia Rocha (1994, 1995) trabalha com linhas de pobreza e indigência, em percentuais do salário mínimo, que refletem uma estrutura de consumo levando em conta os diferenciais regionais no custo de vida para os pobres e indigentes. Considera que a linha da pobreza demarca aqueles que não dispõem dos meios para atender às necessidades de alimentação, dados os custos de requerimentos nutricionais associados à estrutura de consumo alimentar habitual, nem às demais necessidades de vestuário, educação, despesas pessoais, habitação etc., ao passo que a linha de indigência limita aqueles que são incapazes de

⁶ Em 1997, o instituto de pesquisa Datafolha apresentou os resultados de seus levantamentos sobre condições de vida utilizando a seguinte classificação: elite, batalhadores, remediados, decadentes e excluídos. O grupo dos excluídos, pessoas que estão à margem de qualquer meio de ascensão social, corresponde a 59% da população brasileira. No segmento dos excluídos a idade média é de 38,2 anos e 56% são brancos, 86% não passaram do primeiro grau, 97% ganham menos de 10 salários mínimos, 19% fazem ‘bicos’, 16% são assalariados com carteira assinada, 15% são donas de casa, 10% são aposentados, e, segundo a posse de bens de consumo, 43% estão na classe D e 38% estão na classe E. (Folha de S. Paulo, 13 de julho de 1997).

atender sequer às necessidades alimentares. E, considerando-se que a pobreza relativa à insuficiência de renda é agravada pela carência de serviços urbanos básicos, subdivide os grupos segundo sua localização rural, urbana e metropolitana e, ainda, entre núcleo e periferia das regiões metropolitanas.

Não importam os fatores que conduziram às situações classificadas como tais; são taxas que indicam resultados similares em termos de rendimento e consumo oriundos de processos variados. Para superar falsas homogeneidades dos grupos e apreender o aspecto multifacetado da pobreza, os pesquisadores incorporam uma série de outras taxas que avaliam as formas de acesso a bens e serviços essenciais (habitação, saúde, educação etc.) e, também, indicadores que mensurem a regularidade ou irregularidade das rendas (Troyano, Hoffmann & Ferreira, 1990). O tamanho médio do domicílio, a concentração de crianças entre zero e três anos, a etnia e o sexo do chefe de família, o número de dependentes por pessoa ocupada, as características físicas do domicílio, o nível educacional do chefe de família são também levados em consideração na avaliação do grau de vulnerabilidade à pobreza e à indigência das famílias (a probabilidade de ser pobre).

As ocupações ganham destaque especial na delimitação do contingente populacional pobre e na sua configuração interna, seja em relação ao setor econômico e à sua formalização, seja na mensuração dos rendimentos e identificação de “ocupações pauperizadas” (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990). Outros autores destacam o grau de rotatividade, a instabilidade e precariedade do trabalho e sua relação com a qualificação do trabalhador (Hirata & Humphrey, 1992).

Juarez Brandão Lopes (1992) busca separar os componentes da pobreza entre uma pobreza estrutural e uma condição pauperizada mais recente (conjuntural), através do cruzamento do nível de pobreza segundo os rendimentos dos domicílios com o eixo da satisfação ou não das necessidades básicas dos domicílios. O eixo dos rendimentos situa os domicílios em três estratos: indigentes, pobres não-indigentes e não-pobres. O eixo das necessidades básicas separaria os domicílios cuja situação de indigência ou pobreza é mais duradoura, crônica, estrutural, com necessidades básicas insatisfeitas (NBI) daqueles em que a situação decorre de condições economicamente difíceis, mais recentes, talvez passageiras, e que têm as necessidades básicas satisfeitas (NBS). Nesse cruzamento o autor desenha quatro situações: os dois extremos constituídos por domicílios não-pobres e com NBS (não-pobres – 60,3% dos domicílios em 1989) e por domicílios indigentes com NBI (12,27% de pobres estruturais). As situações intermediárias indicam mobilidade ascendente ou descendente recentes: domicílios pobres não-indigentes com NBS (21,27% de pobres recentes) e domicílios pobres não-indigentes com NBI (6,15% de pobres por NBI recente).

No Brasil urbano de 1989, a pobreza atingia um terço do total de domicílios: 8,6 milhões de domicílios, dos quais 2,8 milhões estavam no nível de indigência e 5,8 milhões eram domicílios pobres não-indigentes. Os domicílios pobres eram habitados por 41,6 milhões de pessoas, quase 40% do total da população urbana (14,2% indigentes e 24,7% pobres não-indigentes); 52% das crianças de zero a três anos habitavam nesses domicílios.

Tabela 2 - Probabilidade de pobreza (%) segundo as regiões. Brasil, 1989

Regiões	Probabilidade de pobreza (%)
Sul	25
Sudeste	32
Norte e Centro-Oeste	49
Nordeste	60

Fonte: Lopes, 1992

A proporção de pobres no Brasil, incluindo populações urbanas e rurais, apresentou uma evolução decrescente entre 1960 e 1980: em 1960, 41,4% da população brasileira eram considerados pobres, em 1970 a taxa foi de 39,3%, e em 1980 foi de 24,4%. Em 1983, sob intensa recessão econômica a taxa de pobreza cresceu apresentando valores superiores aos da década de 60 (41,9%) mas, em 1986, sob os efeitos efêmeros da recuperação econômica (Plano Cruzado), voltou a diminuir (28,4%), embora esse patamar fosse superior ao verificado no início da década. Ao final da década de 80, com a escalada da inflação e a instabilidade da situação econômica, o percentual de pobres apresentou, novamente, uma tendência de crescimento: em 1987 era de 35,9% e, em 1988, de 39,3%, valor igual ao da década de 70. Os estudiosos do assunto afirmam que, ao longo da década como um todo, não ocorreu agravamento da pobreza e da indigência no Brasil: os pobres passaram de 34% em 1981 para 30% em 1990 e os indigentes de 14% para 12%, significando, em números absolutos, em 1990, cerca de 42 milhões de pessoas pobres e 16,6 milhões de pessoas indigentes.

Embora ao longo da década de 80 as taxas de pobreza e indigência permanecessem estáveis, flutuando em função dos ciclos econômicos de curto prazo, a sua configuração modificou-se: a um núcleo estável de pobreza-indigente rural e intensamente concentrado nas regiões Norte e Nordeste, associou-se um importante componente urbano, particularmente metropolitano, acompanhando, em geral, o respectivo padrão regional de pobreza. Em 1981, os pobres concentrados nas nove regiões metropolitanas significavam 26,4%

do total de pobres brasileiros e, em 1990, passaram a constituir 29%; os indigentes metropolitanos, que formavam 17% do total de indigentes brasileiros em 1981, significavam 20,6% em 1990. Em números absolutos, mais de 50% dos pobres metropolitanos concentram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A pobreza metropolitana comporta especificidades: a economia é essencialmente monetária, os vínculos sociais de solidariedade e dependência, principalmente familiares, são mais tênues; a sua localização e segregação no espaço metropolitano – periferação – agrava o déficit de renda com carência de serviços urbanos; a densidade populacional é elevada e a convivência com diferenças e contrastes extremos de consumo e condições de vida geram tensões sociais e inconformismo com as condições de pobreza e desigualdade.

As regiões metropolitanas tiveram, ao longo da década de 80, evoluções diferenciadas, destacando-se o agravamento inequívoco da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Em 1981, esta região apresentava um índice de Gini (0,552) inferior ao do Brasil (0,564), e em 1989 era superior (0,641) ao patamar nacional (0,630), situando-se em níveis similares aos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife (Sabóia, 1993).

Tabela 3 - Probabilidade de pobreza (%) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no Brasil. 1981-1989

Anos	RMRJ	Brasil
1981	27,2	29,1
1983	34,7	38,2
1986	23,2	22,8
1989	32,5	27,9

Fonte: Rocha, apud Lopes, 1992

Em 1990, 33% da população total da Região Metropolitana do Rio (3,2 milhões) eram pobres, distribuídos 25% no núcleo e 41% na periferia metropolitana. Segundo Sônia Rocha, esta região apresentava “níveis nordestinos” quanto a carência de infra-estrutura de saneamento, sendo os déficits na periferia mais elevados tanto para os pobres quanto para os não-pobres: 45% dos pobres na periferia e 10% dos pobres no núcleo não tinham acesso à rede geral de água; 35% dos pobres na periferia e 16% dos pobres no núcleo não tinham esgoto sanitário adequado (Rocha, 1994). Em 1981, o rendimento médio do grupo 1% mais rico era 115 vezes o rendimento médio do grupo dos 10% mais pobres e essa razão, em 1989, elevou-se para cerca de duzentas vezes. O percentual de

indivíduos cujos ingressos eram menores que metade do salário mínimo passou de 24,1%, em 1981, para 26,8% em 1989. No mesmo período, o percentual de famílias pobres cresceu de 19,1% para 22,7% e o de domicílios pobres elevou-se de 17,6% para 20,5% (Sabóia, 1993).

Na medida em que o grau de pobreza é obtido a partir da distribuição de renda pela PEA ou entre famílias, mudanças em suas composições interferem diretamente no indicador obtido. A partir da década de 70, foram observadas modificações nesses dois sentidos no Rio de Janeiro: o aumento de participação das mulheres na PEA e a diminuição do número médio de pessoas por família. Também foram observadas a diminuição do ritmo de urbanização assim como melhoria dos indicadores sociais, em particular, a elevação da escolaridade. Entretanto, essas mudanças positivas não tiveram efeitos sobre a desigualdade: o distanciamento entre os extremos de rendimentos aumentou dando seqüência ao processo de concentração de renda observado em décadas anteriores (Valladares & Batista, 1993).

Desigualdade e pobreza são processos dependentes porque interagem; o comportamento de uma reforça o desempenho da outra. Um aumento de desigualdade, na maioria das vezes, implica aumento da pobreza. Mas a diminuição da desigualdade não garante uma melhora nos indicadores de pobreza, podendo ocorrer uma redistribuição de renda entre os setores mais ricos (Prates, 1990). Em estudo sobre o estado de São Paulo foram observados os seguintes movimentos: na década de 60 ocorreu um aumento moderado da renda média, um aumento intenso da desigualdade e aumento do grau de pobreza absoluta. Na década de 70 a desigualdade ficou estabilizada, ocorreu um aumento grande da renda média e diminuição substancial do grau de pobreza absoluta. Na década de 80 a desigualdade voltou a permanecer relativamente estável, porém a taxa de pobreza absoluta era superior à verificada em 1979. Como observado pelo próprio autor, a redução do grau de pobreza é perfeitamente compatível com o empobrecimento de grupos específicos da população (Hoffmann, 1990).

Todos os indicadores e informações mencionados são as mensurações possíveis e disponíveis de um conjunto heterogêneo de famílias e indivíduos que encontram-se em situações diferenciadas de vulnerabilidade. A pobreza em seu conjunto comporta uma 'franja de vulnerabilidade' limítrofe entre a pobreza e a indigência (em processo de pauperização), além da própria situação extrema de indigência. Essas faixas contíguas variam de densidade populacional mas também os patamares variam em profundidade: se a taxa de pobreza indica uma estabilidade (em patamares elevados de 30%) o grau de desigualdade na sociedade brasileira aumentou continuamente na última década.

A metropolização da pobreza, a sedimentação de uma camada de pobres estruturais, a acentuação da desigualdade entre as regiões do País e a concentra-

ção de renda nos estratos superiores de rendimentos, caracterizam um padrão contemporâneo de pobreza e desigualdades. Em contraposição a um padrão 'tradicional', que prevaleceu até a década de 60 – quando as taxas de pobreza e indigência eram mais elevadas e localizadas nas zonas rurais, no setor informal urbano e na Região Nordeste – o padrão 'contemporâneo', que foi conformado ao longo da década de 80 e é evidenciado na primeira metade da década de 90, caracteriza-se por ser metropolitano, atingindo o setor formal do mercado de trabalho e, em números absolutos, concentrado na região Sudeste (eixo Rio-São Paulo). A mudança de configuração do quadro geral da pobreza ampliou a visibilidade do fenômeno e interferiu nas representações sociais.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA

Não é só com números que se fala de pobreza. Para além da dimensão econômica e dos estratos de rendimentos que conferem objetividade à situação de pobreza, a condição de ser pobre é estudada nas suas representações sociais,⁷ nas identidades e estereótipos imputados, nos atributos associados, no acesso à cidadania, nos modos de vida e culturas, nas características psicológicas etc. Assim, as noções que designam a pobreza podem ser analisadas através de cronologias e topografias que evidenciam emergências e mudanças nos conceitos e seus significados, como parte do universo simbólico de cada sociedade em determinados contextos históricos.

De forma esquemática e sintética podem ser destacados alguns marcos na evolução histórica da percepção da pobreza. Com a reforma protestante os sofrimentos oriundos da pobreza perderam seus sentidos religioso e de redenção. Ao contrário do catolicismo, que acenava para os pobres com sua primazia na entrada do reino de Deus, a ética protestante considerava a riqueza no mundo terreno um sinal divino e uma obrigação espiritual. Nessa passagem há a perda do valor espiritual superior concedido à pobreza, o qual fazia dela o modo de vida dos bem-aventurados, eleitos ou bons, assim como há um corte na concepção paternalista tradicional da caridade privada que deixa de redimir quem a realiza (Zaluar, 1994a, 1994b). A noção de pobreza, que inspirava inclusive a criação de ordens mendicantes, foi substituída por outra mais mundana que orientava a caridade segundo a capacidade e aptidão dos homens no trabalho.

⁷ “Definidas nas ciências sociais como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a, as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos, condutas e se institucionalizam (...). Não conformam a realidade e seria ilusão tomá-las como unidades científicas, mas constituem matéria-prima para a análise do social, (...) pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade” (Minayo, 1994).

Essa mudança de eixo significou, antes mesmo da Revolução Industrial e sua demanda crescente por mão-de-obra, uma classificação no interior da população pobre entre inválidos e incapazes, que eram desonerados da obrigação de trabalhar e mereciam proteção e caridade, e aqueles que não mereciam ajuda – pelo contrário –, pois, mesmo sem sofrerem de qualquer doença física ou mental, e mesmo estando em condições de trabalhar, ‘preferiam’ não trabalhar e ‘viver a esmo’. Emerge, no contexto das sociedades pré-industriais, a figura do vagabundo, o ‘desvinculado por excelência’, e os esforços para erradicar a vagabundagem mostram bem a importância decisiva dessa questão (Castel, 1995).

A Revolução Industrial e a implantação definitiva e dominante do modo de produção capitalista encontraram respaldo nas mudanças de representação social da pobreza para estabelecer regulamentos e normas punitivas e criminalizantes. A pobreza era considerada como um castigo ‘natural’ da preguiça na medida em que existiam necessidades crescentes de mão-de-obra, e a recusa em integrar a força de trabalho explorada extensivamente deveria ser penalizada para não vir a constituir-se em ‘mau exemplo’. Datam dessa época as tenebrosas *workhouses*, descritas por Engels, nas quais os trabalhadores perdiam seus direitos civis e eram submetidos a condições de vida tão precárias que muitos preferiam morrer às suas portas do que nelas ingressar. Porém, o que caracterizou o período não foi propriamente uma mudança nas representações sociais da pobreza e sim a sua própria configuração: por um lado, o pauperismo e a miserabilidade da classe trabalhadora urbana e, por outro, a configuração do que Marx denominou lumpemproletariado.

As lutas sociais da segunda metade do século XIX na Europa e a organização dos movimentos de trabalhadores promoveram o surgimento no cenário político das questões das condições de vida e de trabalho, pressionando os governos a adotarem legislações protetoras. A pobreza seria superada pela inserção no mundo do trabalho, agora mais cauteloso em sua exploração. As ações públicas de proteção social foram dirigidas especificamente aos trabalhadores inseridos, destinando a assistência social aos comprovadamente inválidos. A evolução posterior, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, com a configuração de Estados de Bem Estar Social, sedimentou a passagem de uma concepção de responsabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social (cidadania). O desenvolvimento econômico era a resposta para a sua atenuação e superação, e os direitos sociais constituíam os instrumentos que respaldavam os trabalhadores, a parte mais frágil nas relações de mercado. Os que ficavam fora das relações dominantes eram poucos e continuavam sendo classificados como inválidos, pobres merecedores de uma atenção especial, ou como portadores de ‘deficiências’ morais, na medida em que, sendo capazes e tendo possibilidades de trabalhar, ‘não cumpriam com sua obrigação’. Essa era a visão da penúria – residual e integrante da sociedade,

mesmo ocupando nesta os piores lugares – que continuou predominando até a década de 70 do presente século, quando as crises econômicas e as transformações da estrutura produtiva e de acumulação de capital colocaram em cheque as representações sociais sobre a pobreza.

Essa evolução histórica da abordagem da pobreza teve suas particularidades em contextos de países subdesenvolvidos e dependentes. Uma delas é que em nenhum momento pode-se dizer que numericamente a pobreza tenha sido residual. No caso brasileiro, a especificidade mais importante foi a escravidão dos negros africanos, cuja duração e intensidade estabeleceu uma configuração particular para as representações sociais da pobreza na qual interferem não apenas a etnia – aqui a pobreza urbana será sempre majoritariamente não-branca⁸ – mas também o lugar que o trabalho tem no imaginário social.

Lícia Valladares (1991) construiu o quadro do desenvolvimento das representações sobre a pobreza urbana no Brasil, ao longo de cem anos, a partir da abolição da escravidão e da instituição da República. Na virada do século, houve uma transição das relações sociais de tipo senhorial-escravista para burguês-capitalista. Neste novo tipo de relação, apoiado na nascente economia cafeeira e na migração estrangeira, o lugar do pobre era o do trabalhador, habitante de cortiços ou outras moradias insalubres no centro da cidade. Sobre esse pobre deveria ser exercida a disciplina do trabalho, para esconjurar os ‘perigos’ da vadiagem e da doença. A natureza da pobreza era individual e sua concepção englobava doença e desordem; os ‘vícios contagiosos’ proliferavam nas ruas e nos cortiços, impulsionando uma socialização em direção à desordem. Pobre era o que não se transformava em trabalhador e, ao levar uma existência indisciplinada, ameaçava a ordem social.

No período entre 1930 e 1950, ocorreram mudanças importantes no desenvolvimento econômico e social do país as quais a autora não aborda, atendendo-se às suas conseqüências no período posterior. Entretanto, no período getulista aconteceram transformações tão significativas nas configurações da pobreza urbana, que é necessário complementar o quadro traçado. As crescentes urbanização e industrialização relegam a figura do pobre ao ambiente rural. No espaço urbano o pobre estaria ou inserido como força de trabalho ou em processo de transição rural-urbano, adaptando-se ao novo ambiente e incorporando os valores da sociedade ‘moderna’. Nos bolsões de pobreza rural, a condição era considerada ainda de natureza individual, gestada pela indolência e falta de ambição daqueles apegados a valores tradicionais. A figura do Jeca Tatu é expressiva desse imaginário (Nascimento, 1994a). No espaço urbano, a natureza da pobreza seria também individual, porém de ordem cultural, pois o

⁸ Os chefes negros ou pardos, que constituem 40% do total de domicílios urbanos, somam 68% dos domicílios indigentes e 57% dos domicílios pobres não-indigentes (Lopes, 1992).

pobre – migrante recente – ainda estaria em uma fase adaptativa. A legislação social implementada no período estabeleceu uma estratificação importante no seio da categoria dos trabalhadores, subdividindo-a, segundo sua importância estratégica no desenvolvimento nacional, em grupos com maior ou menor acesso aos direitos sociais – também estes com diversos graus de amplitude. A clivagem foi entre aqueles que tinham uma inserção formal, regular e estável e aqueles que não a tinham, ainda que em termos de rendimentos a subdivisão dos trabalhadores não tenha sido tão significativa. A “cidadania regulada” (Santos, 1987) é emblemática dessa situação, caracterizando a carteira de trabalho como uma “certidão de nascimento cívico”, a qual permitiria distinguir entre trabalhadores e os que, não sendo portadores deste documento, estavam relegados a uma condição de não-cidadania e sujeitos ao arbítrio policial.

Entre 1950 e 1960, as relações sociais de tipo agro-exportador foram sobrepujadas pelas de caráter urbano-industrial intenso, configurando um momento histórico conhecido por ‘desenvolvimentismo’. A industrialização voltada para o mercado interno, com a substituição das importações, criava fortes expectativas de mobilidade social e propiciava, dentre outros fatores, os acentuados movimentos migratórios (rural-urbano e em direção às regiões Sudeste e Sul). Nas cidades, a pobreza autóctone e recém-chegada localizou-se nas favelas e periferias, caracterizadas principalmente pela escassez de serviços urbanos. E, à medida que as expectativas de inserção laboral eram frustradas – pois o afluxo de força de trabalho foi sempre superior à demanda de mão-de-obra – acabava por se constituir um amplo contingente de subempregados ou desempregados disfarçados pelo exercício de atividades intermitentes, irregulares, semilegais ou mesmo ilegais. Algumas das figuras emblemáticas desse período foram os ‘biscateiros’⁹ e os ‘camelôs’ (Valladares, 1991).

Nesse momento a natureza da pobreza passou a ser considerada como de responsabilidade social. O sistema econômico mantinha os pobres em sua periferia, permitindo apenas uma integração parcial na modernização e conformando um extenso exército industrial de reserva. Essa configuração deu origem ao conceito de ‘marginalidade social’ e, em período posterior, a um intenso debate que se consubstanciou na denominada ‘teoria de marginalidade’. A pobreza era caracterizada como atributo da população de baixa renda e a linha da pobreza demarcava os grupos cujos rendimentos eram insuficientes para suprir suas necessidades básicas biológicas e sociais. O pobre era assim o subempregado, vivendo através de uma ‘economia de sobrevivência’, obtendo uma renda insuficiente que o caracterizava como carente.

⁹ Luiz Antônio Machado da Silva ressalta que os ‘biscates’ surgiram muito antes como ocupações dos escravos ‘de ganho’ e de homens livres. Nesse aspecto, o que caracterizaria o período desenvolvimentista seria o fato de que os ‘camelôs e biscateiros’ deixaram de ser associados ao perigo e a ameaças de desordem social e passaram a representar uma pobreza ‘semi-inserida’ ou pacificada.

O surto de desenvolvimento nacional gerou as imagens que associavam a pobreza com aqueles que ainda não tinham se inserido na modernidade, como resíduos de 'bolsões tradicionais', ou com aqueles que, estando em suas margens, pronto seriam absorvidos. No universo simbólico social a figura do 'malandro' associava ociosidade, esperteza e elegância. Paradigma da ambigüidade, personagem característico da rua e da boêmia, o malandro não estava necessariamente associado às representações sociais da pobreza e sim às da indisciplina, aos interstícios entre a ordem e a desordem, ao não-trabalho. De certa forma, se contrapunha tanto ao pobre trabalhador inserido formalmente quanto ao pobre subempregado ou desempregado, na medida em que sua situação, nem sempre caracterizada pela precariedade de recursos, podia ser amplamente recompensada por seu modo de vida, conferindo-lhe uma identidade que, a seus próprios olhos, era francamente positiva.

O período entre 1970 e 1980 caracterizou-se pela consolidação das relações sociais de tipo urbano-industrial e pela propulsão de um novo padrão de industrialização, com a conformação de grandes empresas oligopólicas. Nessa década o Brasil já era um país francamente urbanizado, congregando nas cidades 70% da população economicamente ativa, e em processo de conformação das metrópoles. Os fenômenos migratórios entre regiões e intra-estaduais diminuíram de intensidade; ocorreu, porém, um contínuo deslocamento no interior do espaço urbano, em um processo de segregação e periferização da pobreza. As favelas atingiram seus limites de hospitalidade aos novos moradores e os pobres tenderam a se localizar nas franjas metropolitanas. A abordagem de um mercado de trabalho dividido entre setores tradicionais e modernos foi substituída pela dualidade formal/informal. A concepção sobre a natureza da pobreza era social e estava vinculada ao trabalho – feito por conta própria ou informal – e à moradia, localizada na periferia deficitária de serviços urbanos (Valladares, 1991).

Em meados da década de 80, Alba Zaluar (1994a), em sua pesquisa no bairro carioca da Cidade de Deus, analisou detidamente a auto-representação dos moradores como "trabalhadores pobres" na qual a labuta diária para a obtenção de rendimentos estava associada à precariedade do consumo. Nesse período as representações sociais da pobreza vinculam-na à violência e ao banditismo. A carência de bens materiais era associada à ausência de valores morais, gestando um 'caldo de cultura' de onde brotariam os bandidos. Na constituição da identidade social dos trabalhadores pobres que reafirmavam o trabalho como modalidade legítima de inserção social, a principal oposição deixou de ser o 'malandro' e passou a ser o 'bandido'.

Mas, nessas mudanças de representação sobre quem é o 'pobre' e o lugar que ocupa nas hierarquias simbólicas da sociedade, há uma continuidade: é a naturalização da pobreza. Vera Telles aponta que no nosso horizonte simbólico

social a pobreza é percebida como efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades, ou seja, pertencente ao mundo da 'natureza', constituído fora da interação humana e da história. Dessa forma a pobreza é

desrealizada como problema que diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais. (...) [Eis] os laços que unem o presente ao passado pela persistência de um imaginário no interior do qual a pobreza aparece figurada como pólo de incivilidade, como terreno em que a natureza cobra seus tributos em uma desumanização provocada pela miséria. (Telles, 1992a)

Nas representações sociais da pobreza e dos modos de vida dos pobres, nos vínculos sociais que se constituem na troca de valores simbólicos, ao longo de todo o presente século, dois traços foram permanentes: a naturalização e a estigmatização da pobreza.

O campo de estudo sobre a pobreza está composto tanto por fatos objetivos (taxas de pobreza e de desemprego, estratos de rendimentos, escolaridade, acesso à infra-estrutura urbana etc.) quanto pelas imagens, idéias e representações que a sociedade compartilha sobre 'quem são' e 'como são' os pobres. A espacialização simbólica é construída sobre elementos objetiváveis, de localização efetiva, de populações que apresentam certas características sociais, mas são igualmente inscritas nas histórias sociais e intelectuais que são particulares a cada contexto (Fassin, 1996a).

No percurso das condições e representações sobre a pobreza, entre 1960 e 1980, o agravamento das desigualdades sociais foi denominado de diferentes formas: a marginalidade na América Latina, a *underclass* nos Estados Unidos, até o surgimento da 'nova pobreza' e da 'exclusão social' na França. Para Didier Fassin essas noções designam realidades e modos de interpretação tão autóctones que a "tradução não respeitaria os contextos de sua emergência". Marginalidade, *underclass* e exclusão social integram "topologias simbólicas da pobreza",¹⁰ isto é, a construção social das desigualdades em três conjuntos históricos e culturais (Fassin, 1996a). Nas topologias sociais da pobreza os Estados nacionais desempenham importante papel, posto que modificam as influências globais sobre a estrutura social e interferem diretamente nas desigualdades através da tributação e dos programas de proteção social (Silver, 1994).

Marginalidade e *underclass* pertencem ao quadro das representações sociais sobre a pobreza; ambos os termos são datados e topograficamente delimitados. Emergem ao longo da década de 60, provocam polêmicas, são incorporados em níveis diferenciados em arcabouços teóricos e, por motivos diversos, são

¹⁰ Fassin remete a Bourdieu (1984): a sociologia se apresenta como uma topologia social – o mundo social representado sob a forma de um espaço com múltiplas dimensões construído sobre a base de princípios de diferenciação e de distribuição.

relegados a segundo plano a partir de meados da década de 80. Ainda guardando entre si semelhanças quanto às preocupações iniciais que lhes deram origem, essas noções percorrem trajetórias teóricas bastante diferenciadas para discutir mudanças na configuração da pobreza urbana em contextos específicos.

Marginalidade

Marginalidade, *underclass* e exclusão social são três termos relacionais, isto é, definem uma situação configurada em contraposição a outra; em marginalidade a oposição é ao que seria 'normal' ou 'central' em uma dada sociedade. Não pode haver conceito de marginalidade sem uma noção básica de igualdade: em um sistema de castas totalmente fechado e determinista é realmente irrelevante o conceito de marginalidade (Perlman, 1977). A contraposição não é numérica, pois marginalidade é o termo empregado para denominar grupos que constituem por vezes a maioria da população de determinado país.¹¹

Marginalidade é uma noção que evoca a oposição centro/periferia; designa uma posição integrante de uma estrutura social. Essa posição, porém, situa-se nas margens em termos de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, o que lhe confere as qualidades de inferioridade e subalternidade. Em todas as abordagens sobre o fenômeno da marginalidade o aspecto relacional e relativo centro/periferia é mantido, variando-se o que é considerado como central: valores, comportamentos, atitudes, localização espacial, posição no sistema produtivo.

A palavra *marginal* sempre foi utilizada, no vocabulário comum e corrente, para designar de maneira pejorativa os que não estão inseridos e integrados na ordem moral e social dominante. Vagabundo, indolente e perigoso são, nesta acepção, sinônimos de marginal e vinculados ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição; são formas de caracterizar os pobres como suspeitos ou como "classes perigosas" (Perlman, 1977). A zona de marginalidade 'extrema', segundo Roberto Da Matta, está associada à transgressão da ordem e ao uso de violência: "é quando o *malandro* corre o risco de deixar de viver do *jeito* e do expediente para viver dos golpes, virando um autêntico *marginal* ou *bandido*" (Da Matta, 1990).

A utilização do conceito de 'marginal' surgiu nos anos 20-30, através dos trabalhos de cunho psicossocial de Robert Park, que buscava elucidar comportamentos, atitudes e modos de vida do vasto contingente de migrantes, nacio-

¹¹ Caso o critério fosse numérico, como ironiza Janice Perlman, o jogo do bicho no Brasil seria considerado normal enquanto ir à ópera seria marginal.

nais e estrangeiros que povoavam a cidade de Chicago.¹² Partindo da conceituação de 'estrangeiro' desenvolvida por Georg Simmel, Park introduziu o conceito de 'homem marginal' como um 'híbrido cultural', um indivíduo à margem de duas culturas e duas sociedades, parcialmente dentro e parcialmente fora. Essa duplicidade ou ambivalência conferiria aos 'híbridos culturais' traços de personalidade evidenciados em seus comportamentos diferentes ou em oposição ao padrão dominante. Entretanto, essa marginalidade cultural não era avaliada em uma escala superior-inferior e o 'homem marginal' era apresentado como extremamente autoconsciente e com capacidade crítica; justamente por compartilhar duas culturas e não estar integrado plenamente a nenhuma delas, seu inconformismo o tornaria um agente de mudança social.¹³

A que viria a ser denominada Escola de Chicago se interessou pelo modo de vida dos indivíduos e grupos que se situavam à margem da sociedade: "a figura do *hobo* de Nels Anderson (1923) e o *outsider* de Howard Becker (1963) aparecem como duas figuras emblemáticas da marginalidade urbana e integrarão aquilo que é chamado de 'sociologia do desvio'" (Fassin, 1996a). Esse arcabouço teórico que prioriza o estudo das representações e dos comportamentos dos atores, começando pelos próprios marginais, inaugura a abordagem cultural da pobreza urbana. Entre a caracterização original (psicológica e cultural) e a definição de marginalidade como uma inserção específica no processo de acumulação capitalista dependente, Janice Perlman identifica escolas de pensamento sobre o tema: escola arquitetônico-ecológica, escola etnográfica, escola da modernização, e a 'cultura da pobreza',¹⁴ com suas expressões através da Desal (Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina). Segundo a autora todas elas referem-se à marginalidade como uma maneira específica de estar fora do funcionamento padronizado da sociedade e todas generalizam a conceituação de marginalidade para as classes inferiores em geral.

¹² Entre 1900 e 1930 a cidade de Chicago conheceu uma verdadeira explosão demográfica, passando no período de 2 para 3 milhões de habitantes, vinculada ao seu intenso desenvolvimento econômico, industrial e comercial. A localização da cidade no coração da rede ferroviária mais densa dos Estados Unidos atraiu um fluxo migratório cuja amplitude, ainda hoje, é considerável, e sem o qual um impulso econômico tão fulminante não seria possível (Schwartz, in Anderson, (1923), 1993).

¹³ A extrema autoconsciência e capacidade crítica do 'híbrido cultural' tal como analisado por Park guarda semelhanças com a abordagem de Hannah Arendt sobre o "ponto de vista do pária", em que tampouco verifica-se uma associação pejorativa ou de inferioridade.

¹⁴ Os estudos antropológicos de Oscar Lewis em *Cinco Famílias* (1958) e *Os Filhos de Sanchez* (1963), cujas descrições acuradas e detalhistas permitiam 'sentir' a situação vivida pelos mexicanos pobres, suas generalizações de cunho teórico sobre as formas de reprodução dos modos de vida dos pobres, tiveram uma forte influência na maneira latino-americana de pensar a pessoa e a família pobre. Mesmo que o campo acadêmico tenha alertado sobre a armadilha da generalização da 'cultura da pobreza', os livros de Lewis e essa forma de analisar a pobreza continuaram sendo difundidos e utilizados como base de argumentação na formulação e gerência de programas sociais.

O termo, a noção e o conceito de marginalidade foram utilizados para designar um conjunto amplo de situações sociais relacionadas com a pobreza urbana: a localização na favela; os estratos inferiores na escala econômico-ocupacional (definição ocupacional de marginalidade); a experiência migratória (marginalidade cultural); as minorias raciais e étnicas; e, os comportamentos “não-conformistas”. “Marginalidade acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse, em última análise, em uma forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial” (Kowarick, 1985).

Os estudiosos sobre o tema da marginalidade na América Latina apoiaram-se sobre uma das duas principais correntes de pensamento: a abordagem sociocultural funcionalista ou a abordagem socioestrutural do materialismo histórico. O modelo funcionalista aglutinou as versões em torno da teoria da modernização e a análise histórico-estrutural marxista redundou no conjunto de estudos que se convencionou chamar de teoria da dependência.

A teoria funcionalista sustenta que toda estrutura social baseia-se em um conjunto de valores que são compartilhados por seus membros e privilegia a questão da integração social. No plano psicossocial o conceito operativo de marginalidade é o de desajuste do indivíduo e no nível macrossociológico o problema é visto em termos da dualidade estrutural, que opõe o tradicional ao moderno, o marginal ao integrado. A teoria da modernização arquitetou seu arcabouço partindo de um conjunto de padrões considerados como inerentes e próprios de uma cultura industrial e urbana, a partir dos quais seria possível identificar desajustes – falta de integração entre as diversas estruturas sociais. A marginalidade é caracterizada como a persistência do tradicional em relação ao moderno, introduzindo as idéias de ‘defasagem’ (etapas) ou ‘*cultural lag*’.

O modelo histórico estrutural da teoria da dependência equaciona a marginalidade com as relações sociais de produção, à inserção marginal no processo produtivo. Nessa abordagem a marginalidade é uma forma de articulação estrutural, necessária e intrínseca de um modo específico de acumulação capitalista que se dá no quadro de uma economia dependente e monopolista. Os ‘desajustes’ são analisados como conflitos e a análise é deslocada do conceito de disfunção para o conceito de contradição. A marginalidade não é caracterizada pelo grau de usufruto do ‘produto social’, nem pelo nível de consumo material e cultural. A crítica à razão dualista sustenta que o desenvolvimento do setor terciário (subemprego e subocupação) é não apenas parte integrante do modo de acumulação capitalista, como lhe é funcional, revertendo sempre em benefício do sistema.

A marginalidade, tal como ela é analisada por essa corrente de pensamento, se inscreve no duplo quadro conceitual do pensamento marxista e da teoria

da dependência. A dimensão econômica¹⁵ é a variável determinante de outras expressões da marginalidade: habitacionais e espaciais, traços socioculturais, características psicológicas ou tipos de relacionamento entre Estado e setores populares. Apoiando-se nas categorias de superpopulação relativa e exército industrial de reserva, a marginalidade é caracterizada como a ausência de inserção no assalariamento formal e sua dupla conseqüência na irregularidade de rendimentos e na carência de uma proteção social (Fassin, 1996a, 1996b).

A marginalidade urbana apareceu no Brasil como problema teórico e prático após a 2ª Guerra Mundial, considerada como precariedade habitacional. No começo dos anos 50 a marginalidade apresentava-se como uma realidade espacial, como sinônimo de favela e conglomerados habitacionais precários. A intensidade da urbanização e a segregação habitacional dos novos moradores das cidades aumentou a concentração da pobreza em áreas sem equipamentos urbanos, conferindo-lhe alta visibilidade. Essas áreas constituíam locais de moradia periféricos, seja em relação à centralidade urbana seja em termos de infra-estrutura.

Em um segundo momento associou-se ao *habitat* uma maneira de viver e uma situação de vida: baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia e falta de participação social. O grupo que vivia sob essas condições era geralmente formado por migrantes, e estaria à margem do dinamismo urbano-industrial. A literatura sobre modernização e marginalidade “fala de ‘massas urbanas não incorporadas’ no contexto de uma economia que só consegue integrar parcialmente as populações à nova sociedade urbano-industrial” (Kowarick, 1985).

Aglutinando o conjunto de abordagens disponíveis sobre a marginalidade, Perlman construiu um tipo-ideal em torno de quatro dimensões para contrastá-lo com as características pesquisadas em favelas do Rio de Janeiro em 1968-69. Dentre as variáveis associadas à marginalidade encontravam-se: na dimensão social – desorganização interna e isolamento externo; na dimensão cultural – cultura do tradicionalismo (valores rurais) e cultura da pobreza; na dimensão econômica – parasitismo econômico e paroquialismo econômico; na dimensão política – apatia política e radicalismo político (Perlman, 1977). Entretanto, ao contrário do perfil desenhado pelas ‘escolas’ da marginalidade, a pesquisadora observou que nas quatro dimensões os termos da integração eram extremamente desfavoráveis aos grupos marginais, os quais encontravam grandes dificuldades e obstáculos para conseguir uma integração plena e tinham como perspectivas de futuro pequenas possibilidades de mobilidade social:

¹⁵ A análise da categoria de marginalidade econômica (ocupacional) encontra-se no capítulo 4.

eu sustento que os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não são social e culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado. Não são passivamente marginais em termos das suas próprias atitudes e comportamento, ao contrário, estão sendo ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial. (Perlman, 1977)

Zaluar pondera que nessa tentativa de destruir o que chamou de “mito da marginalidade”, sublinhando a integração completa dos favelados em todos os níveis da sociedade, Perlman acaba por criar uma idéia talvez falsa da identificação positiva dos pobres com a sociedade nacional na sua versão da classe dominante. Na pesquisa sobre as condições de vida e as representações sociais no conjunto habitacional da Cidade de Deus, a marginalidade não é incorporada como categoria de análise (Zaluar, 1994a). Nos textos de Da Matta, marginalidade é o termo utilizado para designar tanto uma esfera de transgressão da ordem habitada pelo bandido, quanto uma esfera intermediária entre a ordem e a plena marginalidade, a zona da inconsistência e da ambigüidade ocupada pelo malandro que “recusa as normas sem enfrentar de peito aberto o poder” (Da Matta, 1990). Lúcio Kowarick identifica um “tipo parcial de marginalidade”, ou seja, estratos sociais participantes com vínculos precários em algumas das dimensões, e estratos de “multimarginalidade” ou “marginalidade generalizada”: “a exclusão em um âmbito tende a não ser um fato isolado, mas sim, ao contrário, a adicionar-se a outras esferas sociais (Kowarick, 1985).

Nos anos 80 a noção de marginalidade foi substituída no espaço público pela de ‘informalidade’; os dois termos tornaram-se intercambiáveis, embora não sejam equivalentes. A existência de um setor informal, que aparecia como uma etapa de transição necessária em direção a uma incorporação posterior e progressiva no setor formal, revelou-se como um estado. Entre 1972 e 1986, o debate fez com que a informalidade saísse da posição em que era considerada um sinal da desestruturação econômica capitalista em países dependentes e periféricos para ser qualificada como “núcleos dinâmicos e criativos”, uma alternativa ao capitalismo de mercado (Soto, apud Fassin, 1996b). Em torno do setor informal as abordagens intelectuais e políticas foram semelhantes às anteriormente observadas em torno da marginalidade, distinguindo-se entre interpretações culturais e histórico-estruturais (Fassin, 1996a).

Na década de 80 a noção de marginalidade ficou restrita à caracterização de uma inserção econômico-ocupacional (incluindo-se aí a aceção de marginalidade como informalidade), como se pode verificar na difundida e aceita definição de pobreza:

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do

progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar. (Abranches, 1985)

A noção de marginalidade foi submetida, ao longo de mais de quarenta anos, a um intenso trabalho de depuração conceitual e metodológica. Entretanto, sendo utilizada por diferentes abordagens e com acepções heterogêneas, assumiu uma definição extremamente genérica na “sociologia da marginalidade urbana” (Wacquant, 1996), que estuda aspectos variados de diversos grupos sociais marginalizados. Fassin (1996b) considera que marginalidade não é um conceito, mas uma noção autóctone que denomina a pobreza urbana latino-americana. A noção de marginalidade tem fraco valor operativo, na medida em que não designa um grupo sociologicamente identificável, e sim agrupa diversas situações que incluem até mesmo indivíduos inseridos ocupacionalmente. Além disso, a noção de marginalidade evoca as idéias de uma sociedade e de uma economia duais, subestimando sua funcionalidade em relação à economia capitalista. O autor questiona ainda o modelo de referência utilizado na definição de grupos marginais: segurança de emprego, proteção dos assalariados e sistema de seguridade não correspondem às reais condições econômicas e sociais latino-americanas.

Os autores que integram a corrente de pensamento histórico-estrutural conferem à marginalidade o estatuto de conceito que designa posições na estrutura econômico-ocupacional e na dinâmica capitalista dependente, mas recusam a adoção da imagem de uma sociedade dual. A espacialização simbólica da marginalidade a situa na periferia de um mundo social referido a um centro. A tendência é uma abordagem dualista que, realçando as oposições polares, não deixa perceber as articulações que integram o fenômeno da marginalidade na dinâmica de desenvolvimento social (Kowarick, 1985). Manuel Castells (apud Fassin, 1996a) afirma que “é ideológico chamar de marginalidade aquilo que, de fato, é a situação de tensão entre duas estruturas sociais que se interpenetram. (...) Esta forma de articulação é um traço característico e não patológico”.

A dualização social que a noção de marginalidade evoca e a ‘funcionalidade’ ou não da massa marginal ao processo de acumulação capitalista foram dois aspectos polêmicos presentes nos debates relativos à utilização e ao significado de marginalidade como um conceito. Com ou sem um estatuto de conceito, a noção de marginalidade polarizou os debates sobre a pobreza na América Latina. Esses debates foram influenciados tanto por particularidades sociológicas (o caráter massivo da migração rural e suas conseqüência sobre o tecido social urbano) quanto por especificidades ideológicas (o lugar central do marxismo e a influência crescente das teorias da dependência) do continente nos anos 60 e

70. Na França, a palavra marginalidade se refere sobretudo aos comportamentos fora das normas sociais, como a delinquência (Fassin, 1996a). Mesmo quando alguns trabalhos comparam, sob uma mesma definição econômica, a condição da marginalidade nos países periféricos e nos países centrais, são destacadas como especificidades latino-americanas a magnitude do fenômeno: as populações à margem do mercado formal de trabalho, excluídas dos dispositivos de proteção social ou espacialmente segregadas ultrapassam em número os cidadãos assalariados, beneficiários de um regime de seguridade e habitantes nos bairros centrais.

Do conjunto das análises emerge claramente uma noção e, por vezes um conceito, definidos sobretudo por suas carências – sobre o mercado de trabalho, em termos de proteção social, do ponto de vista da habitação, em termos da cidadania – ou seja, definida em negativo (Fassin, 1996b). É um tratamento negativo da problemática, definida por um não-ser, isto é, pela ausência de algo (Kowarick, 1985).

Underclass

O termo *underclass* surgiu, segundo diversos autores, entre 1962 e 1963 em trabalhos do economista sueco Gunnar Myrdal, que detectou, em meio a um ambiente de otimismo com a então afluyente economia norte-americana, a emergência de uma camada de “famílias e indivíduos subempregados, sem emprego e, gradualmente inimpregáveis, situados no mais baixo da escala social”, e que não são “realmente parte componente da vida social, mas constituem um estrato supérfluo e miserável” (Myrdal, apud Wacquant, 1996). O vínculo ocupacional e de rendimentos constituía o elemento principal de conformação da *underclass*, criando uma população excedente sem mobilidade social (Glasgow, apud Wacquant, 1996). Assim, o termo teve uma origem acadêmica, sustentando uma interpretação de base socioeconômica das desigualdades preponderantes nos guetos negros urbanos.

Até início dos anos 70 utilizava-se somente a expressão “*lower class*” que correspondia ao conjunto de categorias desfavorecidas e parecia ter por sinônimos “*poor*” e “*underprivileged*” (Fassin, 1996). A difusão do termo *underclass* no cenário norte-americano partiu da publicação, em 1977, na revista *Time*, de uma série de reportagens sobre os habitantes dos guetos de Nova Iorque e Chicago, protagonistas das principais revoltas urbanas da década. Além de divulgar e fincar no debate o termo *underclass*, a matéria deu o tom para a abordagem posterior do assunto por outros meios de comunicação: “os mais intratáveis, os mais hostis, os mais alienados socialmente que se possa imaginar”. No interior dessa parcela dos negros mais pobres encontrava-se, segundo o dossiê, uma

“proporção elevada de jovens em situação de fracasso escolar, de delinquentes, drogados e mães dependentes da previdência social”.¹⁶

Assim, foi o discurso da mídia que difundiu uma acepção comportamental e cultural de *underclass* na qual as dificuldades sociais das populações negras (escolaridade baixa e irregular, acesso restrito a empregos com altas taxas de rotatividade e práticas infratoras) eram reportadas à sua “estrutura familiar”, às famílias monoparentais e à feminização da chefia. Nessa abordagem que veio a florescer sob as teses conservadoras dominantes nos governos Reagan e Bush, a ênfase estava posta na diferença entre os valores prevalentes nos guetos negros urbanos e os da sociedade em geral (*mainstream*).

A discussão pública sobre as causas e soluções para os guetos pobres também foi influenciada pelo aparecimento, no início da década de 70, de estudos sob uma ‘perspectiva negra’. Esta abordagem acentuava as virtudes e a resistência das famílias, destacando os aspectos positivos da experiência dos negros como “sobreviventes e vencedores” em um ambiente racista. O “clima intelectual”, segundo W. J. Wilson, inibiu as pesquisas sobre as raízes estruturais da questão social do gueto, e os acadêmicos liberais, para escaparem da acusação de racismo ou de “culpabilização da vítima”, evitavam descrever qualquer comportamento que pudesse ser considerado como estigmatizante das minorias raciais. Com a retirada dos liberais da discussão sobre a desestruturação social nos guetos urbanos, os analistas conservadores dominaram o discurso público sobre o assunto (Wilson, 1996). No início dos anos 80, a pobreza nos Estados Unidos tornara-se cada vez mais urbana, concentrada nas grandes cidades, particularmente nas antigas cidades industriais, e em populações altamente segregadas de negros e hispânicos.¹⁷ “O que inquieta a América é a criminalidade violenta, simbolizada pelas gangues negras, a suposta depravação moral das famílias e a carga fiscal julgada intolerável dos programas sociais” (Wacquant, 1996). Desde a década de 60, e periodicamente, os cenários urbanos foram ocupados por revoltas violentas das populações negras e a percepção geral, sem base em pesquisas metódicas, era de que a situação estava piorando (Wilson, 1996).

No debate provocado pelo agravamento das desigualdades e aumento dos dependentes de proteção social, o termo *underclass* era utilizado para referir-se a um grupo de pobres não merecedores composto de negros urbanos, evocando simultaneamente segregação urbana, discriminação racial, desigualdade econômica e comportamentos desajustados. Em 1982, o jornalista Ken Auletta sedimentou o uso da palavra na linguagem corrente em uma tipologia de base comportamental dos integrantes da *underclass* constituída por quatro categorias

¹⁶ Referências do dossiê de George Russel, *Time*, 1977, feitas por Fassin (1996).

¹⁷ De fato, em termos absolutos a miséria mais tenaz não se aninha no coração das metrópoles, mas sim nas reservas indígenas do centro-norte e nos condados rurais do delta do Mississípi (Wacquant, 1996).

de “fracassados sociais”: “os pobres passivos, freqüentemente dependentes crônicos da assistência social; os criminosos de rua que aterrorizam a maioria das cidades e são freqüentemente excluídos do sistema escolar e drogados; os punguistas que, como os criminosos de rua, podem não ser pobres e ganham a vida na economia subterrânea, mas raramente cometem atos violentos; e os ‘traumatizados’, alcoólicos, sem destino, sem domicílio, doentes mentais que vagam pelas ruas da cidade”.¹⁸

Os anos 80 conheceram uma explosão de estudos sobre dependência do welfare, distribuição de renda e *underclass* (Heringer, 1995). Na utilização do termo *underclass* para designar os habitantes negros dos guetos urbanos estabeleceram-se três acepções: estrutural, comportamental e ecológica. A abordagem estrutural ou socioeconômica, politicamente liberal no contexto norte-americano, relaciona a emergência da *underclass* às mudanças na estrutura produtiva, com diminuição e descentralização espacial de postos de trabalho. Populações de baixa escolaridade residentes no coração dos centros urbanos encontrariam dupla dificuldade de acesso aos empregos, “tornando virtualmente obsoleta uma fração crescente da classe trabalhadora” (Wacquant, 1996). Os analistas liberais tendem a enfatizar os fatores da estrutura social, incluindo raça, que estariam na origem desta população excedente sem mobilidade social.

A abordagem comportamentalista e cultural que sustenta a ideologia conservadora tende a acentuar a importância dos valores, hábitos e estilos na explicação de diversas experiências, comportamentos e atitudes dos grupos. Os traços culturais específicos dos guetos são ressaltados como contrapondo-se aos valores gerais – trabalho, família, segurança e lei – que orientam o modo de vida da sociedade norte-americana. Os valores da *underclass* são considerados como estranhos não apenas aos da maioria da sociedade mas, inclusive, aos da maioria dos pobres. Nessa visão difundida pela mídia, entre 1986 e 1988, a *underclass* associa as características de dependência assistencial aos comportamentos desviantes ou delinquentes. Na abordagem cultural e comportamentalista o processo de construção da identidade no gueto é analisado sem qualquer relação com os fatores externos. Na tradução literal de *underclass* e na associação comportamentalista retoma-se a figura do lumpemproletariado, rebotalho das classes sociais caracterizada por seus valores amorais e seus comportamentos ‘sem amarras’, mas em nenhuma dessas abordagens sobre a pobreza nos guetos negros urbanos o termo *underclass* esteve relacionado à teoria marxista das classes sociais.

A publicação da pesquisa de Wilson em 1987 apresentou uma terceira abordagem da *underclass*: a concepção ecológica ou a do “bairro como incubador

¹⁸ Tipologia elaborada pelo jornalista Ken Auletta (1982), *The Underclass*, Vintage, New York, referida por Fassin (1996) e Wacquant (1996).

de marginalidade”. O autor criticou as insuficiências das abordagens anteriores¹⁹ e buscou articular constrangimentos sistêmicos e ações individuais, sustentando duas proposições: o ‘detonador da espiral’ situa-se na fragilidade do vínculo ocupacional (os empregos ‘evaporaram’ para esse grupo social) e a segregação espacial sob uma base racial funciona como mediação socioespacial decisiva (Wacquant, 1996; Wilson, 1996).

A segregação espacial de base racial acentua de maneira única a fragilidade do vínculo laboral. Incidindo sobre qualquer grupo étnico ou racial aumenta a concentração da pobreza urbana e estabelece graus variados de “isolamento social”, isto é, a diminuição ou a carência de formas de socialização entre os grupos segregados e os demais grupos sociais.²⁰ O isolamento social dos guetos intensificou-se com o êxodo da classe média negra, com a baixa presença de agências públicas, e com arranjos na estrutura familiar que marcam moralmente os jovens pela ausência de modelos legitimados de modos de vida. A *underclass* urbana seria o resultado da combinação da forma mais extrema da marginalidade econômica e de intenso isolamento social (Heringer, 1995). Assim, a *underclass* ocupa o papel de figura limite do processo de desvinculação social, tanto no plano objetivo do vínculo ocupacional quanto no plano subjetivo das representações sociais.

Os resultados das pesquisas de Wilson indicaram que os valores dominantes (trabalho, família e educação) eram também preponderantes entre a maioria dos habitantes dos guetos urbanos. O que não era levado em conta, segundo o autor, é que os comportamentos e traços da ‘cultura do gueto’ estão relacionados à estrutura de oportunidades (Wilson, 1996). Os habitantes dos guetos encontram grandes obstáculos para viver de acordo com o modo de vida dominante. Associando um conjunto de vulnerabilidades que funcionam como barreiras intransponíveis, a estrutura de oportunidades para os jovens da *underclass* afeta tanto as suas condições precárias de vida no presente quanto a ausência de expectativas de futuro.

Wilson (1996) defendeu, em 1987, o uso da noção de *underclass* sob uma perspectiva ampla que integrasse todas as principais variáveis (sociopsicológicas, estruturais e culturais) e, mais ainda, que revelasse a significação relativa de cada variável e suas interações na determinação das experiências e nas oportu-

¹⁹ As quatro posições criticadas por Wilson (1987) foram: 1. considera que toda análise sobre os comportamentos dos negros dos guetos arrisca agravar o racismo, a estigmatização e a ideologia que “culpabiliza a vítima”; 2. rejeita totalmente o termo de *underclass*, pois ele não apresenta nem composição homogênea, nem fundamento teórico, e conseqüentemente não recobre uma realidade sociológica; 3. valoriza a imagem das populações negras substituindo a denúncia da deterioração de suas condições de vida pela valorização de suas capacidades de adaptação econômica e social num contexto hostil; 4. considera apenas o racismo a explicação da situação sofrida pelos habitantes dos guetos (Fassin, 1996).

²⁰ Wilson define o isolamento social como a “ausência de contatos ou de interações repetidas com os indivíduos e instituições que encarnam a sociedade convencional” (Wacquant, 1996).

nidades da vida dos moradores dos guetos. Mas, insistindo nas características familiares ou individuais da *underclass*, Wilson contribuiu para uma leitura psicologizante de certos grupos negros sem conseguir superar a 'poluição' estigmatizante do termo (Fassin, 1996). Apesar do esforço de depuração conceitual seus trabalhos foram utilizados em um sentido socialmente regressivo (Wacquant, 1996). Em seu livro de 1996, Wilson abandonou o termo *underclass* substituindo-o por "*jobless ghettos*" (guetos de desemprego). Para o autor o que se destaca, no início dos anos 1990, nos guetos urbanos tradicionalmente pobres, são os níveis de desemprego sem precedência, cujas conseqüências mais devastadoras se fazem sentir nos problemas de criminalidade, dissolução familiar, dependência da proteção social e baixos níveis de organização social. O gueto ainda inclui trabalhadores, e a maior parte dos habitantes, empregados ou não, apóia as normas da ética do trabalho. Entretanto, a maioria dos adultos está desempregada em qualquer período de tempo (Wilson, 1996).²¹

Underclass é a única noção da pobreza urbana contemporânea que se refere às desigualdades concentradas na população negra, evocando o caráter de raça das desigualdades sociais, no caso da sociedade norte-americana. E essa é, no meu ponto de vista, a importância do estudo da trajetória da noção de *underclass*. Presente como fato empírico – a pobreza é negra – a *underclass* "oferece uma maneira de falar sobre a raça em uma linguagem de classe" e apesar de referir-se sempre aos grupos negros o termo raça não é teorizado (Fainstein, apud Heringer, 1995). Wilson considera que a discriminação racial teria um papel agravante, não causal. Sua argumentação sustenta que o desaparecimento do trabalho agravou uma situação racial urbana que já era tensa e cuja extensão nos Estados Unidos não deve ser minimizada, mas a raça é considerada como uma das variáveis da estrutura social sem preponderância sobre as demais. Nos Estados Unidos, o termo *underclass* tem forte conotação racial, não sendo utilizado para imigrantes em geral e, apenas eventualmente, para os hispânicos. Lá, o gueto é um universo racial e culturalmente homogêneo caracterizado por baixa densidade organizacional e escassa atuação do Estado ("a exclusão opera com base na cor, reforçada pela classe e pelo Estado") enquanto as *banlieues* francesas são universos étnicos e de classe heterogêneos, com forte presença de instituições públicas ("a exclusão opera com base na classe, mitigada pelo Estado") (Wacquant, 1996).

²¹ Esse livro, no qual Wilson reafirma sua abordagem abrangente dos guetos negros urbanos, é publicado numa conjuntura em que reaparece a discussão sobre a determinação do patrimônio genético nas experiências de vida (*The Bell Curve*, 1994). Para se opor a esta abordagem que considera a baixa inteligência, geneticamente determinada, como causa dos problemas sociais, que Wilson acentua as características sócio-espaciais, o papel poderoso da vizinhança, do ambiente, do bairro em relacionar e agregar os constrangimentos e oportunidades estruturais e culturais.

A noção de *underclass* se impôs nas representações sociais e no mundo sociológico mas, mesmo com os esforços para lhe conferir um conteúdo teórico, os pesquisadores não conseguiram que emergisse um verdadeiro conceito (Fassin, 1996). Além da fragilidade conceitual (*per se*) de uma noção imposta pelo discurso jornalístico, os elementos que impedem a construção do conceito de *underclass* são a indeterminação da noção, a carga semântica preconceituosa, a falta de sensibilidade e a falta de profundidade histórica. Os critérios de pertencimento à *underclass* permaneceram múltiplos, fluidos e heterogêneos e com tendência a defini-la a partir da frequência de certas condutas (Wacquant, 1996). Sua indeterminação estrutural lhe confere a ambivalência ideológica: todos encontram matéria para argumentar sua tese (Fassin, 1996).

Underclass é uma noção que incorpora uma carga semântica preconceituosa ao caracterizar um novo segmento de pobres das minorias pela deficiência comportamental e pelo desvio cultural. O grupo social é definido a partir de atributos morais aportando uma identidade e representação preconceituosas e estigmatizantes, atualizando a noção de 'classes perigosas' (Heringer, 1995). Designando especificamente os habitantes dos guetos negros urbanos, não estabelece características comuns entre os diversos grupos sociais afetados pela reestruturação do capitalismo americano. A noção ainda pretende apontar condições de vida contemporâneas como 'novidade', sem considerar a trajetória histórica da pobreza no país (Wacquant, 1996).

A *underclass* não é nem o subproletariado da teoria marxista (pois o termo é enganoso, não constitui uma classe), nem o Quarto Mundo da sociologia inspirada no catolicismo social (ela é objeto de terror e de desprezo mais do que de compaixão), nem os 'novos pobres' e outros 'excluídos'. É um agregado, composto de categorias singulares que não devem ser amalgamadas senão pelo fato de que são percebidas como significando uma ameaça, indissociavelmente física, moral e fiscal, sobre a integridade da sociedade urbana. (Wacquant, 1996)

Enquanto o conceito de marginalidade percorreu uma trajetória que partiu de uma abordagem cultural e comportamentalista e desembocou na 'teoria da marginalidade', ancorada em uma análise estrutural, a noção de *underclass* percorreu a trajetória inversa, emergindo como um estudo de estratificação social e submergindo em uma leitura comportamentalista. É uma noção que introduz o caráter de raça nas geografias simbólicas da pobreza e que reitera a caracterização principal do fenômeno contemporâneo como a emergência de grandes contingentes populacionais 'supérfluos' aos processos de produção e acumulação capitalistas, tornando-os indesejáveis elementos de despesas. Designa grupos sociais pobres e ameaçadores, inúteis e incômodos. A noção de *underclass* evoca a questão da dualização social (alto/baixo). É, assim como as demais noções e conceitos que integram as topologias simbólicas da pobreza, uma "maneira de 'diagnosticar' uma solução de continuidade no espaço social,

um dualismo ou dualização, uma fratura ou separação fundada em pares de oposições espaciais – dentro/fora, alto/baixo e centro/periferia” (Fassin, 1996).

Exclusão social

Origens do termo e configuração do conceito

A origem do termo é sempre atribuída ao título do livro *Les Exclus: un français sur dix*, de René Lenoir, publicado em 1974, ainda que o conteúdo do trabalho não trouxesse nenhuma elaboração teórica do conceito de exclusão social. O título foi conferido pelo editor baseado no sucesso dos trabalhos de Foucault, principalmente em sua história sobre a loucura (Didier, 1996). Em Foucault, o termo exclusão, que surge ao lado de expressões como banimento, reclusão e expulsão, serve para analisar as formas de distribuição de poder na sociedade, as modalidades específicas e disseminadas de controle social, os efeitos segregadores de práticas não econômicas que criam e reproduzem diferenças estigmatizantes e hierarquizantes, exercidas de forma regular e “naturalizadas” (Fontes, 1997).

No momento da publicação do livro de Lenoir, quando a situação de pobreza no país parecia ser residual e superável, a noção de exclusão estava relacionada à sua dimensão subjetiva – ou seja, ser pobre “significava ser tratado como um objeto” (Silver, 1994) – e não à sua dimensão objetiva, econômico-ocupacional. Lenoir, que era Secretário de Ação Social do governo gaullista de Jacques Chirac, enfatizou o conceito de ‘inadaptados sociais’ – uma recuperação atualizada da caracterização de ‘desajuste’ da cultura da pobreza e da teoria da modernização – cuja preocupação central, que será retomada posteriormente, concentrava-se na pobreza dependente, ou seja, nos pobres que precisavam ser amparados por ações governamentais, o que representava gastos sociais crescentes. O grande mérito do livro parece ter sido o de alertar que a pobreza não havia desaparecido nos “30 anos de ouro”.

Antes de ganhar o destaque no título de livro, o termo *exclusão* era utilizado sem provocar polêmicas. Podemos encontrar nos trabalhos sobre pobreza e desigualdades sociais referências à exclusão e excluídos sem que o termo suscitasse debates. Entre meados dos anos 70 e início dos 80, o fenômeno era analisado como a emergência de uma ‘nova pobreza’, constituída por grupos populacionais diferenciados dos ‘tradicionalmente’ marginalizados: os imigrantes e os moradores das *banlieues*. Para além da pobreza residual e transitória, objeto de denúncia do movimento *ATD-Quart Monde*,²² o processo de

²² *ATD-Quart Monde* (*Aide à toute détresse*): movimento fundado em 1957 pelo Padre Joseph Wrésinski que denunciava situações de extrema miséria e a gravidade do problema de moradia, além de divulgar a expressão “quarto mundo” em referência ao subproletariado.

pauperização começou a atingir os que até então pareciam inseridos socialmente e usufruíam, mesmo que nas margens, dos benefícios do desenvolvimento econômico e da proteção social. Na França, a partir de meados dos anos 80, frente a uma situação objetiva de aumento das desigualdades e de mudança do perfil de pobreza, a noção de exclusão social estabeleceu-se no debate público e acadêmico, suplantando a noção de 'nova pobreza'. Foi em solo francês que o tema adquiriu preponderância e estatuto teórico, relevância e publicidade. Na década de 90 foram elaborados relatórios de grupos técnicos governamentais e o tema da exclusão social teve importância política nos debates eleitorais. Nas publicações do Comissariado Geral do Plano (CGP), o vocábulo designava não somente o aumento do desemprego de longa duração e recorrente, mas também a crescente instabilidade dos vínculos sociais, assim como a responsabilidade do Estado na promoção da 'coesão social' (Silver, 1994).

Configurava-se no cenário social o que tanto Pierre Rosanvallon (1995) quanto Robert Castel (1991, 1995) denominaram a "nova questão social", problemática contemporânea deste final de século XX. Mesmo tendo se estabelecido um sério debate acadêmico em torno de qual seria a categoria mais adequada para definir e analisar a nova questão social – exclusão social, desqualificação social, desvinculação²³ (desafiliação) social – o núcleo duro da problemática foi identificado na crise do assalariamento como mecanismo de inserção social, ou seja, em mudanças no processo produtivo e na dinâmica de acumulação capitalista. Essas mudanças geraram a diminuição de empregos, inviabilizando essa via de constituição de solidariedades e de inserção social. Conseqüentemente, constituíram-se os 'inválidos pela conjuntura' e provocaram-se fraturas na coesão social. A exclusão foi então percebida como uma marca profunda de disfunção da sociedade que assume uma multiplicidade de formas e que se caracteriza por um processo simultaneamente temporal ("o excluído de hoje será excluído amanhã") espacial e social ("o excluído é rodeado de excluídos") (Bouget & Nogues, 1993).

Rosanvallon (1995) aborda a nova questão social a partir do que identifica ser a terceira crise do Estado Providência – a de ordem filosófica (em conjunto com as crises financeira e ideológica). O autor utiliza a noção de exclusão relacionada primordialmente ao mercado de trabalho, como situação extrema do desemprego de longa duração, mas também aponta como fenômenos de exclusão a nova pobreza e as pessoas sem teto. Embora a exclusão constitua, no seu ponto de vista, o fenômeno social fundamental de nossa época, ela não esgota

²³ O termo utilizado por Robert Castel vem sendo traduzido por desafiliação. Entretanto, a filiação (a um partido, clube ou grupo) é a criação de um elo de ligação por escolha ou identificação em que está presente a autonomia do sujeito. Do meu ponto de vista, a melhor tradução do termo é desvinculação, por tratar-se de uma ação independente de uma vontade ou escolha pessoal e por estar referida à teoria sociológica de Durkheim na qual encontramos o conceito de "vínculo social".

a questão social que está formada pela precarização geral da condição salarial e pelo 'hiato' de solidariedade.

Rosanvallon busca alternativas para a crise dos mecanismos institucionais de solidariedade e advoga que as concepções tradicionais de direitos sociais, inserção e emprego são inoperantes para tratar do problema da exclusão quando se trata da reconstrução da solidariedade. É nesse sentido que propõe uma nova noção de direito social, o "direito à inserção", que, para além do direito à subsistência e do "sistema de exclusão indenizada",²⁴ articule ajuda econômica e participação social. A pedra angular de toda luta contra a exclusão deve ser a inserção pela via do trabalho, mas o direito a viver de seu trabalho deve associar os ingressos ao reconhecimento de uma função social ("direito a ser útil") e nesse sentido elabora a proposta dos "contratos emprego-solidariedade". Repensar o Estado Providência e reconstruir a solidariedade sobre novas bases envolve prioritariamente conceber de maneira nova a gestão social da desocupação, considerando-se os indivíduos como membros de uma sociedade na qual têm direito a ocupar um lugar. "Se nada muda, assistiremos impotentes à consolidação de um novo lumpemproletariado, uma *underclass*, como se diz nos Estados Unidos" (Rosanvallon, 1995).

Foram os trabalhos de Castel (1991, 1995, 1996) que estabeleceram uma matriz teórica sobre o processo histórico de conformação e transformações do vínculo salarial, das metamorfoses da questão social, assim como das políticas apregoadas e implementadas entre a Idade Média e os dias de hoje em solo francês. Através de um esquema analítico que conjuga dois eixos principais de integração social – o mundo do trabalho (com relevância) e o mundo das relações sociofamiliares –, Castel percorre a história dos 'desvinculados por excelência' identificando o que constituiu em cada época o núcleo central de integração (as corporações, o trabalho 'livre', o trabalho protegido) o que por sua vez demarcava as demais zonas: de assistência (secularmente destinada aos indigentes incapazes para o trabalho) e de exclusão ou desvinculação (os indigentes aptos a trabalhar).

A zona de desvinculação já foi ocupada pelas figuras do vagabundo na Idade Média e pelo pauperismo no início da época industrial. Porém, é na zona de vulnerabilidade que Castel concentra sua atenção, pois considera que as características que configuram essa zona são as que conferem o significado e a gravidade da questão social. "Nos processos de vulnerabilidade que arruinam os pobres deve ser buscada a origem das perturbações que afetam o equilíbrio social" (Castel, 1995). Qual o seu ponto de partida? O surgimento, a partir de meados da década de 80, de novos grupos de 'pobres dependentes'.

²⁴ Os que não conseguem inserir-se são considerados "inválidos sociais" e são indenizados: "o cidadão perde neste caso moralmente o que ganha financeiramente o beneficiário do subsídio" (Rosanvallon, 1995).

Na zona de vulnerabilidade os indivíduos estão inseridos em um dos eixos e em processo de desvinculação no outro. O processo de desvinculação na esfera do trabalho e suas conseqüências na sociabilidade e solidariedade social têm preponderância sobre as transformações que ocorreram no eixo sociofamiliar (democratização, nuclearização, diminuição de tamanho e restrição dos vínculos relacionais). Isso se dá porque se trata de uma vulnerabilidade de massa pós-proteções sociais, ou seja, que ocorre em um contexto onde a unidade familiar e social próxima já tinha sido quase que integralmente substituída por políticas públicas em suas funções de suporte material e simbólico. A inserção ocupacional assalariada garantia os indivíduos contra os riscos sociais e participava na sua integração à unidade mais geral de referência e 'pertencimento'²⁵ da cidadania. No final do século XX, o núcleo central da integração social através do vínculo com a esfera do trabalho está se desmoronando, aumentando as demais zonas – de assistência e de exclusão. E essa desintegração do vínculo ocupacional ocorre em uma sociedade que ainda se pensa e reage como uma 'sociedade de trabalho', fazendo emergir uma vulnerabilidade de massa especificamente contemporânea (Castel, 1995).

Assim, no debate público francês, a nova questão social que fincou a categoria de exclusão social está constituída por transformações na esfera da produção e, principalmente, no processo de acumulação capitalista, que prescinde cada vez mais de força de trabalho humana. É o pilar de sustentação da coesão social que está em crise. De forma tal que o que vem a unificar todas as manifestações da nova pobreza sob a categoria de exclusão social é que se trata dos 'sem-trabalho', dos supérfluos e desnecessários ao mundo da produção e sem perspectivas de (re)inserção ocupacional.

Considerando as bases que orientaram os trabalhos de Foucault como origens da análise temática sobre a exclusão, esta noção foi redimensionada e, em meados da década de 90, sustentava abordagens ancoradas primordialmente nas questões econômico-ocupacionais. Porém, a noção não se restringe a essa esfera; incorpora um viés cultural em que são enfatizados o isolamento dos indivíduos, o abalo do sentimento de pertencimento social, a existência de uma anomia, a questão dos vínculos sociais e da coesão social, a crise identitária. A

²⁵ As 'unidades de pertencimento' são unidades sociais que constituem os âmbitos de referências materiais e simbólicas dos indivíduos. Seriam constituídas por um grupo social no qual o indivíduo se percebe como integrante e identifica como sendo um lugar 'seu'. Nas trocas materiais, simbólicas e afetivas que integram o tecido relacional do grupo são estabelecidos vínculos e referências identitárias, em contraposição ao isolamento. E é a partir dessa unidade de pertencimento, de um lugar social que o indivíduo considera como seu, que são percebidas e avaliadas as experiências sociais. As 'unidades de pertencimento' mais gerais da sociedade tendem a configurar-se nos âmbitos da família, do trabalho e/ou da cidadania. Nas palavras de Telles, uma 'unidade de pertencimento' é "o espaço moral que constrói uma noção de ordem para suas vidas e que fornece as referências por onde a experiência na sociedade é avaliada e interpretada" (Telles, 1990).

noção atual de exclusão acentua as formas de segregação – cultural, espacial, étnica, as desigualdades econômicas e, também, um certo sentimento de vazio da existência, em grande medida associada ao quase colapso de propostas alternativas de futuro (Fontes, 1997).

Virgínia Fontes considera que o termo *exclusão social* tornou-se uma espécie de paradigma do final do milênio, aplicado a situações e conjunturas diversas, cuja unidade seria dada por designar contingentes populacionais desnecessários à vida social, ‘descartáveis’, indicando o fim do processo de ‘inclusão forçada’ e de ‘exclusão interna’. Algumas mudanças²⁶ nesse horizonte tradicional de integração social levam a autora a admitir as possibilidades contemporâneas de uma exclusão social por externalidades, isto é, não as que criam desigualdades hierarquizadas, e sim as que estabelecem fronteiras para as quais não há modalidades possíveis ou previstas de inclusão, como separações radicais, em que não existiria um ‘universo comum’: a exclusão por indiferença e a exclusão por extermínio.

A exclusão por indiferença encontra seu exemplo histórico nas relações entre colonizadores e indígenas. Essas relações, apesar de pressupostos includentes (crença em uma humanidade comum de fundo religioso missionário traduzida em projetos de absorção que variaram da cristianização até a escravidão), a constatação das diferenças e, sobretudo, de sua irredutibilidade, levavam muitas vezes a uma absoluta desconsideração pela existência das populações nativas. Desta forma, legitimava-se a indiferença frente às múltiplas modalidades de constrangimento e, mesmo, de perecimento do outro. Para a autora, a indiferença significa que as catástrofes que possam se abater sobre o outro não fazem parte do rol de problemas a serem considerados pela sociedade. A exclusão por extermínio, levada a cabo no holocausto judeu pelos nazistas, significava a eliminação direta, pura e simples do outro. Neste caso a particularidade do outro tem como conseqüências ameaça e luta aberta. Ressalte-se que a distância entre a exclusão por indiferença e a exclusão por extermínio pode ser facilmente transposta.

A noção de exclusão social atualiza o tema da dualização da sociedade. Trata-se de um novo tipo de dualismo que ultrapassa a dicotomia tradicional-moderno e que tampouco corresponde às formas tradicionais de marginalização, tão debatidas nos anos 60 (Telles, 1994a). Esse novo dualismo traduz uma ordem social segmentada, que produz um novo tipo de exclusão social, em que à integração

²⁶ Essas mudanças seriam o redirecionamento do capitalismo num crescimento restritivo, limitado, dirigido para grupos específicos de consumidores, ampliando a exclusão interna em escala planetária; o recuo do Estado e a perda de controle dos Estados nacionais sobre as redes financeiras internacionais; e, em certas regiões, como na África, o recuo dramático da participação do capital com desindustrialização e descapitalização acentuadas (Fontes, 1997).

precária no mercado se sobrepõem o bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertinência em relação à vida social (Lechner, 1990).

Considerando a desvinculação através de eixos de inserção e zonas de vulnerabilidade, Castel acentua o caráter processual do fenômeno, porém não deixa de indicar o estado de desvinculação (exclusão) e o estatuto de excluído. Essa experiência individual de precarização dos vínculos com o mundo do trabalho, associada ao enfraquecimento dos vínculos sociofamiliares, é analisada por Serge Paugam (1994) como um processo de desqualificação (*déclassement*)²⁷ social no qual os indivíduos experimentam uma dessocialização. Na abordagem deste autor são destacadas as transformações das condições de vida e das identidades sociais dos indivíduos, configurando fases²⁸ de um processo de desqualificação social em que os indivíduos estabelecem relações típicas com os serviços de assistência social.

A fragilidade corresponde ao ponto de partida do processo de desqualificação social, originado pelo desemprego ou por dificuldades de inserção profissional e pela perda de moradia ou por residir em bairros degradados e socialmente desqualificados. Corresponde ao aprendizado da desqualificação e os sentimentos que prevalecem nessas experiências são de humilhação e de inferioridade. Nesta fase os indivíduos não consideram esgotadas suas chances de re-inserção laboral, preferem procurar emprego sozinhos²⁹ e manter distância da assistência social. Há uma oposição simbólica tão significativa nas estratégias de sobrevivência entre recorrer ao trabalho (digno, autônomo) ou à assistência social (humilhante, depreciativa e dependente), que a utilização de uma delas implica a rejeição da outra. Entretanto, quando esta fase é prolongada, pode conduzir a uma situação sem alternativas de sobrevivência senão o recurso à assistência social, e o distanciamento é substituído pelo hábito de frequentar as instituições.

A fase da dependência marca a passagem do estatuto de trabalhador para o de 'assistido'. Constitui um modo de integração perversa e liminar porque o estatuto de assistido permanece socialmente desvalorizado e o auxílio assistencial, fixado em patamares mínimos, permite somente evitar a miséria extrema. Quando a assistência social passa a ficar encarregada regularmente das dificuldades de sobrevivência, começa uma nova carreira no curso da qual sua personali-

²⁷ Desqualificação, desclassificação, deslocamento, rebaixamento.

²⁸ A tipologia construída pelo autor em sua tese de doutoramento foi utilizada em pesquisas posteriores mencionadas no prefácio à terceira edição (Paugam, 1994).

²⁹ Parece-me importante enfatizar a questão do tempo nas fases do processo de desqualificação social. Na fragilidade, o tempo é sentido com premência, com urgência, com pressa para modificar a situação de vulnerabilidade. Essa sensação é acompanhada com a ação de busca de reversão da fragilização. Em fases posteriores, quando as perspectivas de re-inserção parecem praticamente nulas, o tempo será sentido como insidiosamente lento. Na medida em que as fragilidade se prolongam e se acumulam há uma acomodação a um dado modo de vida vulnerável e o sentimento é de lassidão e conformismo.

de se transforma rapidamente. Há um aprendizado dos papéis correspondentes às expectativas específicas dos trabalhadores sociais e o desenvolvimento de justificativas e racionalizações (“técnicas de neutralização”, segundo Becker) para a situação em que se encontram. Adquirem o hábito de freqüentar os serviços e podem chegar a reivindicar uma melhoria nos cuidados de seus problemas pela coletividade.

A ruptura é a última fase do processo de desqualificação, produto da acumulação de *handicaps* (deficiências) e fracassos – distância do mercado de trabalho, problemas de saúde, ausência de moradia, perda de contatos familiares etc. – e promotora de uma forte marginalização. Nessas situações, cada vez mais marginais, a miséria é sinônimo de dessocialização, podendo atingir a ruptura total que envolve a ausência de perspectivas e o sentimento de inutilidade ao mundo. Os indivíduos não percebem mais nenhum futuro plausível em nenhum modo de vida integrado à dinâmica social e perdem o sentido da vida. Desesperançados e sentindo-se inúteis, procuram compensações para seus azares ou defeitos na bebida. Nessa fase pode surgir a reivindicação à liberdade de viver à margem da sociedade. Eles sabem que não têm nada a perder e adotam um tom agressivo. É uma reação de defesa, pois sentem-se ameaçados ou observados com reprovação pelos trabalhadores sociais. Esses comportamentos, segundo Paugam (1994), representam o último estágio da reviravolta simbólica do estigmatizado. Muitos encontram-se afetados por problemas de alcoolismo e temem que possam ser ‘aprisionados’ por uma instituição médico-social e, assim, privados dos últimos espaços de liberdade que lhes restam.

Modelos e teorias da exclusão social

Emmanuel Didier (1996) esquematiza três modelos de exclusão, isto é, as três formas de abordar o fenômeno e de explicar a sua existência, apresentados à sociedade francesa, em ordem cronológica: o modelo de Lenoir, o modelo do movimento *ATD-Quart Monde* e um modelo que denomina “do Insee” (Instituto Nacional de Estudos Estatísticos e Econômicos), pois agrupa um conjunto de trabalhos oriundos dessa instituição. Os três modelos, que repousam sobre noções diferentes – respectivamente, inadaptação (ou desajuste), cultura e mercado –, estabeleceram o terreno sobre o qual floresceu o ‘vocabulário da exclusão’. Em 1992, quando o termo exclusão social estava incorporado no discurso governamental francês, o modelo de Lenoir e suas idéias de desajuste pareciam ter desaparecido; entretanto, na linguagem contemporânea permaneceu o aspecto performativo da noção de exclusão social da ação católica social, ou seja, a denúncia e o convite a agir para fazê-la desaparecer.

Hilary Silver (1994) analisa o 'vocabulário da exclusão' ("expressão tão evocadora, ambígua, polifacética e elástica que pode ser definida de maneiras muito diferentes") através de três paradigmas³⁰ sociológicos divergentes que, sustentados em ideologias políticas próprias, revelam "as razões que subjazem nos significados mais polêmicos e seletivos do termo" (Silver, 1994).

No 'paradigma da solidariedade' que orienta o republicanismo francês, a exclusão é concebida como uma ruptura do vínculo social – de orientação cultural e moral – entre o indivíduo e a sociedade, uma deficiência de solidariedade e não simplesmente como um fenômeno de ordem econômica ou política. Apresentando-se como uma 'terceira via' entre o liberalismo e o socialismo, o pensamento republicano conjugava dentro da noção de solidariedade as preocupações econômicas com as sociais, reconciliava o sentimento de pertencer à coletividade com a exigência de realização individual. Na retórica revolucionária, a igualdade significava que a República deveria garantir aos cidadãos a subsistência ou assegurar-lhes o direito ao trabalho; em contrapartida, os cidadãos assistidos tinham o dever de trabalhar e de participar da vida pública. Tal Estado 'jacobino' – forte, unitário, centralizado, igualitário, universalista e secular – esforçou-se para assimilar as culturas regionais, nacionais e religiosas dentro de uma única e característica concepção da cidadania e de civilização nacional.

No 'paradigma da especialização', as formulações liberais concebem a ordem social, tanto quanto a econômica e a política, como redes de intercâmbios voluntários entre indivíduos autônomos, com seus próprios interesses e motivações, dos quais surge o pluralismo cultural e político. A diferenciação social é uma faceta horizontal, não vertical, das estruturas sociais. Na medida em que os limites entre grupos restringem a liberdade individual de participar dos intercâmbios sociais, a exclusão é uma forma de 'discriminação', interpretada como se fosse uma experiência individual. Argumentando com razões de eficiência ou de liberdade, os liberais podem justificar distinções sociais que os demais paradigmas consideram excludentes. Os estudos dessa índole não destacam o dualismo entre 'os de dentro' e os excluídos, e seu discurso incorpora as noções de discriminação e de *underclass*, mas não a de exclusão social.

O terceiro e último paradigma, o 'do monopólio', concebe a exclusão como uma consequência da formação de grupos monopólicos de poder. Essa teoria social-democrata ou conflitiva entende a ordem social como de índole coercitiva e imposta mediante um conjunto de relações hierárquicas de poder. A exclusão é atribuída à interação das classes, à condição social e ao poder

³⁰ Para Thomas Kuhn, um paradigma "é uma constelação de crenças, valores, técnicas e outros elementos compartilhados pelos integrantes de uma determinada comunidade [que] especificam não somente que classes de entidade contêm o universo, mas também, por dedução, quais não contêm" (Kuhn, apud Silver, 1994).

político, redundando em favor dos interesses dos 'incluídos'. Há uma tendência ao dualismo em dois planos, pois embora o monopólio crie um vínculo de interesse comum entre 'os de dentro', não existe nesse 'interior' uma relação de igualdade. Chega-se ao 'fechamento' ou 'clausura social' quando as instituições e as diferenças culturais, além de colocar limites que deixam de fora outros setores contra a sua vontade, são utilizadas para perpetuar a desigualdade. A exclusão se combate a partir cidadania, segundo a formulação de Marshall, que possibilitaria a inclusão dos 'de fora' na composição igualitária da comunidade e sua plena participação nessa comunidade (Silver, 1994).

Martine Xiberras (1993) elucida o 'núcleo duro' da exclusão social: uma interação macro e microssocial evidenciada em diversos processos, grupos populacionais, formas e modalidades de exclusão e excluídos, cujo ponto em comum é a ruptura de vínculos sociais, materializados e simbólicos. Esse ponto em comum permite agrupar desde os 'inadaptados' de Lenoir até o racismo, o terrorismo, o fundamentalismo, passando pela pobreza e pelo desemprego. "É como se a exclusão permitisse reagrupar diferentes enigmas formando por sua vez uma categoria global paradoxal". Diante da abrangência do campo da exclusão social, que inclui vastas categorias populacionais, a autora identifica que estas podem ser agrupadas como resultantes de diferentes processos de conflitos de valores ou de perspectivas e marcados pelas diferenças (visíveis ou não, ressentidas ou reivindicadas) que constituem as vigas mestras das atitudes de rejeição e exclusão. Em seu livro a ênfase está posta na dimensão simbólica da exclusão:

os excluídos não são rejeitados apenas fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza), são excluídos também das riquezas espirituais: seus valores não são reconhecidos e são ausentes ou excluídos do universo simbólico. Quando surgem, esses valores figuram como invertidos, atributos negativos que os situam na categoria dos estigmatizados, a categoria negativa. (Xiberras, 1993)

Assimilação, inserção e integração são conceitos vizinhos (positivos) que designam processos de coesão social cujas desintegrações promovem modalidades diferenciadas de um mesmo fenômeno negativo (exclusão): os estrangeiros, não assimilados, que são excluídos da comunidade nacional; os imigrantes que são acolhidos pela comunidade nacional mas não são inseridos, posto que não usufruem dos mesmos direitos, oportunidades e status; e os marginalizados que exemplificam os não integrados, os que não participam ou que não aderem ao modelo estabelecido. Exclusão e inserção (e integração) são assim conceitos relativos: suas definições se apoiam reciprocamente uma sobre a outra. A inserção, para Xiberras, significa "dar um lugar" na sociedade, isto é, direitos, oportunidades e estatutos similares. Esse lugar social se desdobra em diversas esferas da vida em sociedade, o que por sua vez obriga a definir o

espaço de referência (relações econômicas, instâncias sociais, vínculos simbólicos ou locais geográficos) em que se desenvolve o processo de inserção/exclusão. Mas, ainda mais, envolve descrever a forma como se entende o 'dar lugar' na sociedade e que tipo de lugar é desejável.

'Exclusão' é então definida como ruptura dos vínculos sociais, em diversas dimensões: dos vínculos que unem os indivíduos entre si e fixam os atores sociais ao modelo de sociedade, dos vínculos sociais (materializados) e dos vínculos simbólicos, das representações que conferem a 'identidade social'. A ruptura do vínculo econômico, segundo Xiberras, conduz de maneira inquestionável à exclusão, mas as outras formas de exclusão, de ordem simbólica, se não conduzem diretamente são portadoras potenciais de 'vetores de exclusão'. A exclusão pode ser visível e materializada através de comportamentos e atitudes de 'evitação',³¹ de desconfiança, de rejeição ou de ódio, mas, também, pode assumir formas mais dissimuladas de ruptura do vínculo simbólico. Nessas formas menos perceptíveis

a população de excluídos seria rejeitada para tão longe de nosso universo mental e de nossas fronteiras espaciais que ela estaria fora de nossa linha de horizonte, fora de nosso pensamento: como o estrangeiro que, enquanto permanece longe, não nos incomoda. Certas formas de representação coletiva não detêm nenhum estatuto, nenhum reconhecimento, é como se elas não existissem. (Xiberras, 1993)

Xiberras vai percorrer três conjuntos de teorias sociológicas para obter o substrato analítico que lhe permite, ao final de seu trabalho, construir um modelo explicativo do fenômeno da exclusão social, assim como indicar um esboço de coesão social nas sociedades pós-modernas. O primeiro conjunto teórico, integrado pelos 'pais fundadores' da disciplina sociológica – Durkheim e Simmel, primordialmente, e Weber – fornecem as bases de análise dos vínculos sociais. Durkheim confere as categorias de solidariedade mecânica e orgânica para analisar as formas do vínculo social horizontal; Simmel, com seus conceitos de proximidade/distância e a categoria do 'estrangeiro', aborda nesses mesmos vínculos as modalidades das relações de alteridade e Weber oferece a base para analisar a natureza dos vínculos sociais verticais.

Nos três autores estudados é na ordem das representações coletivas que se fundam os princípios de ordenamento social. É, portanto, nessa mesma ordem que serão identificados os fatores de desagregação social. Os pensadores clássi-

³¹ "Chamaríamos a essa disposição genérica, não quantificada, ou mesmo quantificável, de uma 'cultura da evitação', a produzir freneticamente objetos, disposições e atitudes que afastem os personagens da rua, como indesejáveis, grosseiros e perigosos. Por outro lado, em seus contatos com a difusa sociedade dos aquinhoados, esses personagens marginalizados, subalternos, lúmpens, estão permanentemente a negacear, a se contradizer, a modular seu comportamento num sentido tático para auferir vantagens contingentes. É o que chamaríamos, por seu turno, de 'cultura da evasiva'" (Silva & Milito, 1995:38).

cos sublinham nas sociedades modernas (sempre em contraposição às sociedades tradicionais) uma mesma deficiência fundamental originada em uma espécie de vazio na ordem das representações coletivas: “a exclusão é definida por carência” (Xiberras, 1993).

Na modernidade, com a fragilização dos ‘quadros sociais integradores’ (família, religião etc.) e a progressiva individualização, a categoria de ‘anomia’ vai expressar a principal figura da exclusão em Durkheim. Anomia designa, no plano das representações, a desagregação dos valores e a ausência de referências, e, no plano das relações sociais, indica a desagregação do tecido social e a falta de adesão aos valores. A anomia descreve um mecanismo de exclusão macro e microsocial que atinge facilmente a desagregação da ordem social pela morte do ser humano: o suicídio anômico. Anomia contém a idéia de morte, individual depois coletiva.

Simmel considera que essa ‘deficiência’ nas representações coletivas se dá na relação com o outro, na alteridade, a partir do modo de pensar a diferença (proximidade/distância), utilizando a figura do estrangeiro. Tendo como referência a Cidade Antiga, Simmel identifica o estrangeiro no interior (escravo) e o estrangeiro no exterior (o bárbaro). Com o bárbaro ‘a relação é uma não-relação’, é a distância máxima, um não-reconhecimento de qualquer similitude, sequer a mais geral, a da humanidade. As formas de interação com o estrangeiro no interior variam entre uma relação positiva com acentuação da proximidade (o estrangeiro é acolhido, faz parte do grupo), e uma relação negativa com acentuação das distâncias (o estrangeiro está lá mas não é acolhido pelo grupo; as similitudes são reconhecidas porém são longínquas). Simmel define o vínculo social da modernidade como excludente por natureza. No contexto de aumento e diversificação das interações, em que a alteridade, a relação com o outro, acolhe parcialmente e acentua a diferença, as interações são de estranheza e hostilidade.

Um segundo conjunto de teorias sociológicas que vai conferir especificidade ao campo temático da exclusão social está composto pela teoria da ecologia humana (Universidade de Chicago, anos 20-30) e pela corrente do interacionismo simbólico (com vários representantes também da Escola de Chicago, anos 50-60). As categorias de ‘desvio’ (Becker) e de “estigma” (Goffman) como interações sociais vão conferir importante substrato teórico para a análise do fenômeno em contextos urbanos e metropolitanos. Essas correntes têm em comum o objeto do desvio (grupos excluídos) como uma categoria de populações. Exclusão será definida “por excesso” (Xiberras, 1993), no sentido em que o fenômeno se expande materialmente na urbanização e na experiência de crescentes grupos populacionais, assim como teoricamente, porque passa a ser definida de maneira ampla, despertando importantes mudanças nas suas formas de apreensão.

O aporte magistral das teorias do desvio, segundo Xiberras, consiste na demonstração de que a estigmatização global do fenômeno do desvio conduz à sua exclusão simbólica. As imagens que a sociedade estabelece com os excluídos são a do vazio, da falta, da negação da identidade e da identidade negativa. Os autores interacionistas rejeitam essas designações que contêm em si próprias o estigma e, em seus estudos sobre os grupos desviantes, destacam a existência de uma recomposição de vínculos de uma forma alternativa, invisível ou não reconhecida pela sociedade, mas que refuta a análise de um 'vazio anômico' nos grupos excluídos. Nos fenômenos do desvio, da anomia³² ou da marginalidade, além da desagregação moral ou social, são identificadas recomposições do tecido social sob diferentes formas: áreas naturais (ecologia humana), grupos de excluídos (Goffman), ou mundos alternativos (Becker). Os grupos sociais conseguem recompor em seu seio um vínculo social de tipo comunitário, uma solidariedade 'mecânica', apoiando-se em representações coletivas coerentes, mas encontram grandes dificuldades para estabelecer uma solidariedade externa, um vínculo social de tipo 'orgânico', seja com as outras formas de agrupamento, seja com a sociedade global.

O terceiro conjunto está composto pelas teorias da sociologia contemporânea francesa agrupadas em torno do conceito de pós-modernidade. Esses autores (Edgar Morin, Michel Maffesoli, Jean Baudrillard e Alain Touraine) compartilham a hipótese de que a exclusão não pode ser resolvida senão através de uma mudança de paradigma, ou seja, identificam no paradigma individualista da modernidade (já assinalado pelos 'pais fundadores') "a fonte que lança por toda parte as sombras da exclusão" (Xiberras, 1993). A autora adota essa perspectiva holista que quer, em um mesmo olhar sobre a modernidade, analisar os progressos e as desordens que lhe são corolárias, posto que lhe permite abordar a exclusão como um fenômeno global e indicar as bases de coesão social na sociedade pós-moderna.

As sociedades da modernidade não conseguiram recompor um vínculo social de tipo orgânico que permitisse a cada um dos atores perceber-se como uma parte necessária do todo social. Mas ocorreu uma complexificação do tecido social com o surgimento de grupos, de 'unidades de pertencimento', nas quais há uma solidariedade de base – práticas, sentimentos e valores comuns – constituída de maneira transversal (policulturalismo) e de duração efêmera (ocorrem por um tempo dado em um dado espaço). As possibilidades de formação de vínculos sociais de tipo orgânico sob o paradigma da pós-modernidade envolvem incorporar a complexificação e pluralidade das morfologias sociais ("neo-tribalismo" de Maffesoli, constelações, mosaicos) mas sublinhando as

³² Anomia adquire na sociologia moderna um conteúdo diferente do "vazio social" analisado por Durkheim; passa a ser considerada como fermento social, como potencial de recomposição (Xiberras, 1993).

proximidades, as similitudes, o que significa assumir a hipótese de que diferentes sistemas de representações coletivas podem coexistir, e, ainda mais, formar um todo social. A formação e o reconhecimento recíproco dos diferentes corpos intermediários não seriam suficientes caso não fossem acompanhados de um reconhecimento social global.

Enquanto a tendência na modernidade era de buscar as diferenças que nos separam do outro, o estrangeiro, o tempo da pós-modernidade inclina-se a buscar as similitudes e tende a lembrar aos homens que, afinal de contas, é em conjunto que vivem. (Xiberras, 1993)³³

O fenômeno da exclusão, assim como seu problema corolário de integração, abrangem os vínculos sociais em três níveis de interações: entre indivíduos e grupos sociais, entre grupos intermediários, e entre os grupos e a sociedade global. A natureza e as formas dos vínculos sociais conferem (ou não) para cada ser humano um lugar na sociedade. Todos os vínculos nas diversas dimensões ou esferas da vida social são ao mesmo tempo materiais e simbólicos. Através dos vínculos sociais o indivíduo encontra (ou não) um 'lugar social', uma 'identidade social positiva', 'o espaço de cada um no mundo em comum'.

Considerando a vinculação e a desvinculação como partes de um mesmo processo, o isolamento completo caracteriza o estado de exclusão máxima. Esse estado em que os indivíduos estão desvinculados dos grupos e da sociedade global é exemplificado por Xiberras na figura do toxicômano ou *junky*, que, além de ser rejeitado pela comunidade e pela sociedade, perde também até o valor de ser humano (a similitude mais geral de humanidade). Nesse ponto a relação é uma 'não-relação', como analisou Simmel na figura do 'bárbaro' na Cidade Antiga.

Outra forma de exclusão seria a ausência (apenas) dos vínculos sociais orgânicos: os indivíduos mantêm os vínculos com seus grupos mas os grupos não mantêm vínculos entre si e/ou com a sociedade global. Dependendo do ponto de vista esses grupos poderiam ser considerados como excluídos ou precariamente inseridos, mas a ausência de integração social é inquestionável. Nas sociedades pós-modernas, a pluralidade de tribos permite aos indivíduos inserir-se no seu seio mas sem gerar ainda o nível de vínculo societário, quer dizer, sem lhe dar em retorno representações de seu lugar na sociedade global. A integração trata pois da 'gestão da solidariedade orgânica', a capacidade de restabelecer o reconhecimento recíproco e global (Xiberras, 1993).

³³ "Temos de articular políticas de igualdade com políticas de identidade. Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 1995).

Significados e oposições

Didier (1996) vai utilizar a metodologia de análise do discurso para observar o fenômeno da exclusão social a partir do que é dito sobre ele, do 'vocabulário da exclusão'. Desde o aparecimento do termo 'excluídos' no título do livro de Lenoir, que teve o 'poder de nomear' o fenômeno, até sua incorporação nos textos da União Européia, em 1990-91, a exclusão foi totalmente categorizada no sentido lingüístico, ou seja, a palavra pode ser utilizada sem complementos. O autor considera a exclusão uma categoria cognitiva: a noção tem uma unidade, é equivalente a uma conformação particular sem que por isso possam ser assinaladas nem suas causas (o que determina a exclusão) nem suas conseqüências (quem são os excluídos). A partir desse suposto Didier identifica no conjunto de textos sobre exclusão social, que configuram três modelos (Lenoir, *ATD-Quart Monde* e do Insee), um corpo de axiomas³⁴ que constituem as regras necessárias à atribuição de um sentido ao vocabulário da exclusão, uma "axiomática da exclusão".

Os axiomas identificados são:³⁵

A exclusão supõe que um 'mundo comum' está partido em dois. Indicar a existência de um mundo partido não significa que existam dois mundos. Para tal os indivíduos que povoam cada um desses mundos deveriam conformar uma comunidade. Os trabalhos insistem sobre a diversidade dos que são excluídos. "O mundo dos excluídos não é um mundo: é aquilo que sobra na comunidade mais vasta depois que dela se retirou o mundo desejável".

A exclusão parte essa comunidade em dois grupos diferentes mas ligados por um elo muito frágil. A exclusão fala da relação entre dois mundos; portanto, há um elo de ligação, mas que se supõe frágil ou precário. O vocabulário da exclusão só pode falar desse estado (de infelicidade ou de desgraça) comparando-o ao outro, aquele que é o desejável. Daí o caráter processual da exclusão.

O corte em dois mundos é feito pelo locutor da exclusão. Qualificados em oposição, esses mundos são ao mesmo tempo uma descrição e um julgamento realizado pelo locutor da exclusão, que é quem confere às palavras seus valores sobre o que é desejável e o que é desgraça. É o mundo a partir do qual o locutor fala que torna inteligível o conjunto de espaços constituídos como espaços de exclusão.

³⁴ Axioma é uma proposição que não é demonstrável porque constitui o fundamento de um raciocínio. É a fundação de um edifício. Pode ser aceito ou recusado segundo um dado critério mas não pode ser demonstrado (Didier, 1996).

³⁵ Ainda que a axiomática da exclusão tenha sentido para todos os discursos sobre a exclusão, "ela não tem sentido senão a partir do contexto no qual nos encontramos; portanto, ela não é válida para sempre e para tudo, mas aqui e agora, e é bem possível que estes axiomas sejam mais tarde invalidados" (Didier, 1996).

A exclusão condena o estado do mundo que permite pronunciar seu nome. Na medida em que dizemos que há exclusão, dizemos também que o lugar da desgraça é inadmissível, que não deveria existir. Assim, a exclusão não se contenta em descrever o vínculo que ela aponta, ela o julga também, e de maneira negativa.

O discurso da exclusão não designa atores responsáveis pela situação. Exclusão indica menos a ação de excluir e mais o fato de ser excluído, o agente é mais difícil de ser nomeado que o objeto da exclusão. Os textos não imputam responsabilidades. A dicotomia integrado/excluído assemelha-se mais a sadio/doente que a dominado/dominante, na medida em que os sadios não podem fazer nada em relação ao fato de que os outros estejam doentes.

Essa condenação é sempre ao mesmo tempo um apelo à mobilização. Quando se fala da desgraça, deseja-se sempre fazê-la desaparecer. O nome de exclusão é um estandarte convidando a agir para mudar o estado do mundo que permite pronunciá-la. A fluidez da noção de exclusão é propícia ao valor performativo desse vocabulário. Em uma noção fluida coexistem uma singularidade (ela designa alguma coisa) e uma generalidade (subsiste um etc. na sua referência) (Didier, 1996).

Ao longo dessa trajetória, a noção 'exclusão social' tornou-se uma categoria cognitiva, (perdendo as aspas), portadora de uma axiomática, mas não adquiriu um estatuto de conceito por falta de consenso entre os pesquisadores sobre exatamente aquilo que nomeia. Poucos são os que se opõem diretamente ao vocabulário, mas alguns dos principais estudiosos (Rosanvallon, Castel) evitam o seu uso. Apesar das críticas relativas à sua ambigüidade, diversidade, evocação de externalidades e de dualidades, a noção permaneceu presente no debate público e como objeto de reflexões acadêmicas.

Na busca dos significados de exclusão social alguns autores têm uma definição institucionalista e jurídica que delimita o fenômeno à não realização dos direitos sociais garantidos por lei.

Ao falar de 'exclusão', se está pensando basicamente de 'exclusão de direitos' (produto) do processo de reorganização do trabalho que, de forma central de integração social mediante contratos formais, passou a ser mecanismo de exclusão dos direitos básicos de cidadania. (Sader, 1997)

A exclusão social é um produto das sociedades contemporâneas fragmentadas (...) [e] significa um status discriminatório aplicado institucionalmente que se agrega a certos processos de marginalização devido ao desemprego e às transformações dos sistemas sociodemográficos e dos sistemas de emprego. (Mingione, 1998)

Outros estudiosos buscam a especificidade de uma modalidade contemporânea da exclusão social, uma 'novidade' nas relações sociais, em oposição às

outras expressões históricas de exclusão (escavidão, 'intocáveis' na Índia). Mas a novidade de uma problemática não deve ser confundida com a sua visibilidade ou o seu recenseamento (Castel, 1991).

Nas sociedades antigas as estruturas integravam – mesmo com freqüentes desigualdades e injustiças – a totalidade das populações; pessoas ocupavam os escalões inferiores mas estavam inseridas (Raguenes, 1993). As sociedades tradicionais faziam uma distinção entre membros de plenos direitos e membros que tinham um estatuto à parte. A exclusão estaria representada pelo banimento ou na figura do 'bárbaro', ou seja, aquele que era colocado para fora das fronteiras geográficas, das relações sociais e do horizonte simbólico da humanidade. Mas exílio, ostracismo ateniense, proscrição e banimento em Roma, pária na civilização hindu e os estamentos na Idade Média são expressões históricas de formas de exclusões cuja principal distinção da exclusão moderna estaria no fato de que eram "parte da normalidade das sociedades sem suscitar problemas de consciência moral ou política" (Freund, 1993).

Nas sociedades modernas, entretanto, a exclusão social significa uma ruptura com as suas próprias idéias fundadoras (unidade, universalidade e mobilidade social). Elimar Nascimento considera que a desigualdade econômica e social é parte integrante da sociedade moderna e de seu dinamismo econômico, mas "a exclusão social constitui uma verdadeira e radical ruptura com a sociedade moderna" (Nascimento, 1994b). Considerando a exclusão social como um fenômeno da modernidade em oposição à hierarquia excludente das sociedades tradicionais, os pesquisadores buscam indicar sua 'fonte' especificamente contemporânea, a qual encontra-se, geralmente, nas conseqüências da evolução tecnológica sobre o mercado de trabalho em sociedades cujo principal eixo de organização social estava (e está) constituído pelo trabalho.

A configuração do fenômeno de exclusão social é revelada através de âmbitos ou dimensões da vida em sociedade. Mas a ausência de recursos, a exclusão do mercado de trabalho, da educação e da formação profissional, a precariedade de habitação e de saúde constituem como um 'núcleo' tão abrangente de dimensões sociais, às quais se associa tal variedade de temas, que seria preferível falar e pensar sobre "as exclusões sociais" (Bouget & Nogues, 1993).

Castel define claramente o que lhe parece ser a nova questão social: um *processo* de fragilização e ruptura de vínculos sociais, primordialmente com o mundo do trabalho, com a constituição de uma *zona* (condição) de exclusão, o "fim do processo de desvinculação, quando a precariedade econômica torna-se privação, e a fragilidade relacional, isolamento" (Castel, 1991). Embora o autor acentue que a dimensão econômica não determina as trajetórias de desvinculação, seu modelo de análise da coesão social está solidamente estruturado sobre as

transformações das relações de trabalho e é no desemprego, na desocupação, na ‘inutilidade ao mundo’ que observa suas expressões mais nítidas.

Uma outra forma de estabelecer os contornos do significado de exclusão social é a que designa processos em que “o reino da necessidade determina um possível social limitado entre várias violências (estrutural, doméstica, institucionais e das ruas)” constituindo-se em um “aviltamento social de seres humanos” (Minayo, 1994). Nessa definição, dentre as múltiplas dimensões que configuram a exclusão social, a determinação principal é a da privação material (a pobreza) que estabelece um ‘possível social’, o desenvolvimento das potencialidades da condição humana contornadas por relações sociais de violência.

A noção de exclusão social designa, ao mesmo tempo, um processo e um estado. Um processo porque fala de um movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, e que é potencialmente excludente (vetores de exclusão ou vulnerabilidades). Mas é, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado objetivo de um movimento. As formas de exclusão social podem ser caracterizadas por trajetórias de labilidade dos vínculos sociais até a sua ruptura completa, atravessando terrenos de dissociação ou desvinculação. Entre o início da trajetória e a ruptura total existem, certamente, situações (ou zonas) intermediárias de rupturas parciais dos vínculos, eventualmente reconstruídos a partir da criação de novos vínculos, mais ou menos lábeis.

Outro elemento importante a acrescentar na definição das dimensões da exclusão social é a *sobreposição das situações de exclusão* em um mesmo grupo social. Há uma somatória, uma concentração dos critérios sociais de discriminação, estigmatização e exclusão em certos grupos a um ponto tal que a exclusão social caracteriza o contexto de sociabilidade. Os estudos assinalam que as desvantagens sociais absolutas e relativas, segundo o caso, podem ter lugar simultaneamente e se sobrepõem umas às outras, em uma tendência associativa e cumulativa. Paugam (1994) concebe a exclusão como a acumulação de tais desvantagens, como a última etapa de um processo de desqualificação.

O fim do processo de desvinculação – o estado de exclusão social, o isolamento e a privação material da condição de excluído, indicando a ruptura total dos vínculos sociais primordiais – encontra sua expressão mais nítida nos estudos sobre os campos de concentração e a sobrevivência em ‘situação extrema’. “Toda experiência extrema é reveladora dos constituintes e das condições da experiência ‘normal’” (Pollack, 1990).

Nos campos de concentração existia todo um sistema montado para “desintegrar a estrutura autônoma dos indivíduos” (Bettelheim, 1979) “em um universo em que as regras do jogo jamais excluam o risco e o arbitrário” (Pollack, 1990). O processo de destruição de toda resistência física e moral passava pela fome, por experiências de humilhação e castigos, em um processo de

“despersonalização” (Bettheleim, 1979) que Hannah Arendt (1989) analisou em três passos: matar a pessoa jurídica, matar a pessoa moral e eliminar a identidade, reduzindo seres humanos a “feixes de reações”.

Mas a memória dos sobreviventes revela que nessas mesmas situações há também “o aprendizado de técnicas de astúcia e de ‘virações’, em processos de ‘repersonalização’ nos quais são criados novos laços sociais suficientemente estáveis para permitir um grau de segurança da identidade pessoal” (Pollack, 1990). A sobrevivência dependia, ainda que nunca integralmente garantida, da capacidade de adaptar-se rapidamente às circunstâncias em transformação permanente e, também, de uma forte ‘dessensibilização’ frente a um convívio cotidiano com o sofrimento e com a morte. Essa convivência, ao cabo, produzia um certo hábito e mesmo a indiferença frente à miséria humana. Pollack sistematiza um movimento da narrativa de Ruth (capítulo 2 – Berlim) em que ela toma consciência da situação e “seus pensamentos e toda a sua energia são orientados na direção da vontade de sobreviver. Após perder seus familiares e a falta de perspectivas de futuro, ela não vive senão no presente, à exceção dos sonhos” (Pollack, 1990).

Os processos de despersonalização e de repersonalização podem ser igualmente descritos em termos de dessocialização (as separações e rupturas arrancam as pessoas de seus vínculos sociais correntes) e ressocialização (a construção de novos vínculos no seio da instituição total) (Pollack, 1990). As experiências vividas nos campos de concentração foram situações de “negação total do vínculo social” (Enriquez, 1991).

Definidas as ‘situações extremas’ a partir de um universo carcerário extremo e totalitário, muitos autores negam que outras experiências de vida possam ter qualquer analogia. Embora a zona de desvinculação ocupacional e sociofamiliar presente nas sociedades contemporâneas não possa ser comparada aos campos de concentração, a ruptura dos vínculos em diversos âmbitos da condição de exclusão social compartilham com a experiência concentracional (sempre nas devidas proporções) características da sobrevivência em situação extrema, isto é, uma existência de extrema privação material, situada no limite entre a vida (sobrevivência) e a morte, de afastamento dos meios familiar e social habituais, caracterizada por marginalização, isolamento e solidão, de ‘gestão da incerteza permanente’, na qual os indivíduos vivem em ‘um eterno presente’, e ainda, de ‘dessensibilização’ frente ao convívio cotidiano com a miséria.

A categoria de exclusão social é construída a partir de uma unidade de características negativas, definidas por oposição. Daí boa parte dos grupos sociais a que faz referência também ser nomeada como ‘os sem’ (terra, trabalho, pão, teto...). Sob a denominação de exclusão social são agrupadas análises sobre a marginalização econômica, a segregação por motivos étnicos ou raciais, a

discriminação de gênero ou sexual, a proscrição pela privação material, a destituição dos direitos e a eliminação física pelos extermínios, chacinas etc. Nos diversos trabalhos o conceito de exclusão social é impreciso e variável, e tem como sinônimos numerosas expressões: precariedade, vulnerabilidade, marginalização, discriminação social e segregação social (Bouget & Nogues, 1993). A noção de *excluído* está “saturada de sentido, de não-sentidos, e de contra-sentidos (...) significando tudo e qualquer coisa” (Freund, 1993).

A categoria de exclusão social não deve ser confundida com a diferenciação social *de per se*. Se a existência de grupos sociais implica necessariamente a existência de limites, não é tão claro que toda diferença ou distinção estabeleça uma exclusão. O grau em que as diferenças produzem exclusão depende de fatores como a permeabilidade dos limites, a medida em que o pertencimento ao grupo é livremente escolhida e também se as distinções proporcionam algum benefício social (Silver, 1994). Considerando-se que a sociedade contemporânea é marcada por uma pluralidade (diferenciação) de fato, nesta acepção é uma questão de grau (negativo) que marca os limites entre diferenciação e exclusão.

Agrupando um conjunto de designações, a categoria *exclusão social* adquire uma abrangência que, se por um lado, leva à perda de nitidez de seus contornos conceituais, por outro lado, estabelece limites aos termos que lhe são contrapostos ou agregados. Assim, *precariedade* e *vulnerabilidade* são fases ou momentos de qualquer processo; *marginalização* adquire dois sentidos principais: um que o adscrive à delinqüência e outro que situa uma posição específica de inserção no modo de produção capitalista dependente; *segregação* tem significado essencialmente geográfico e espacial; *discriminação* envolve o ‘colocar à parte’ pela acenuação da diferença (de base racial, étnica, sexual), o que em geral abrange processos de estigmatização com ou sem institucionalização. Todos esses mecanismos têm conseqüências negativas nos processos de inserção social em diversos âmbitos, ou seja, dificultam o acesso e o usufruto de direitos, oportunidades e estatutos similares.

Buarque (1993, 1994) opta pelo conceito de *apartação*, em uma tradução do termo de origem africâner *apartheid*, que define a separação econômica e social sustentada por critérios raciais. O autor considera que no Brasil o modelo econômico produziu o mesmo sistema da África do Sul de ‘desenvolvimentos separados’ adotando categorias sociais ao invés de raciais. “A apartação é mais do que o aumento da desigualdade, é a afirmação da ‘diferença’” (Buarque, 1993). A exclusão “depende dos desejos de cada indivíduo e das possibilidades do sistema socioeconômico” (Buarque, 1994). Dessa forma, o autor considera ‘exclusão’ tal qual a diferenciação social, *de per se* (Silver, 1994) característica da pluralidade das sociedades modernas.

A desigualdade designa a distinção entre pessoas dentro do mesmo padrão social, econômico e técnico, enquanto diferença significa a distinção entre os que participam da modernidade de forma relativamente estável e aqueles que dela estão excluídos (Buarque, 1994). Na desigualdade há uma articulação de uma dualidade social, enquanto a diferença promove a separação dos dois mundos. Dessa forma, a apartação identifica uma 'fratura social'. Na expressão *apartação social* a idéia de dualização social é evidente: "de um lado, os pobres, cada vez mais miseráveis, numerosos e ousados; de outro, os ricos, cada vez mais ricos, minoritários e temerosos" Essa clivagem separa uma totalidade em duas partes, o que envolve "lógicas de estruturação, princípios de solidariedade e dinâmicas sociais distintas, separadas ou opostas, conflitos entre partes que são totalidades em si mesma" (Nascimento, 1994b).

Assim, a exclusão social ultrapassa largamente a questão da desigualdade, não apenas hierarquizando mas excluindo os indivíduos social e politicamente. No Brasil, assinala Nascimento,

desigualdade e 'apartação' são partes de um gradiente no qual se encontram, entre outros, os termos discriminação e segregação. Nas expressões desigualdade, discriminação e segregação o outro é menos, inferior, subordinado, mas faz parte do mesmo universo, da mesma sociedade. Não contém a idéia de uma partição, ou separação que está mais ou menos explícita nas noções de exclusão ou apartação. (Nascimento, 1994b)

Brasil – a contextualização da categoria

A exclusão social como processo de desvinculação revela, em vários âmbitos, 'falhas' ou 'brechas' na integração social. Na sociedade francesa equivale a um momento de 'vulnerabilidade de massa pós-proteção social' (Castel, 1996), a uma crise de solidariedade (vínculos de tipo orgânico) e do Estado de Bem Estar Social (Rosanvallon, 1996), expressão do 'esgotamento ou mutação da sociedade moderna' (Nascimento, 1994b). Seria, porém, uma categoria válida para analisar o contexto social brasileiro?

Na visão da maioria dos autores estudados, há também no Brasil uma nova problemática social correspondente a uma conjuntura contemporânea inédita, que está por merecer uma conceituação própria. No entanto, as análises tendem a considerar a emergência do fenômeno como expressão de um processo com raízes históricas ancestrais na sociedade brasileira, ao longo do qual ocorreram situações de exclusão que deixaram marcas profundas em nossa sociabilidade – como a escravidão. Alguns autores consideram que a partir dessa marca estrutural a sociedade apresentou nos diversos períodos históri-

cos, faces diferenciadas, expressões de processos sociais presididos por uma mesma 'lógica' econômica e/ou de cidadania excludente.

Para Nascimento (1994b), a questão social é 'nova' em seus elementos econômicos e culturais, posto que a escravidão era a exclusão social e política de seres humanos economicamente necessários, enquanto a exclusão social contemporânea caracteriza-se por integrar politicamente e excluir economicamente. Cristovam Buarque considera que o fenômeno é novo, exigindo um novo conceito ('apartação'), mas é também parte de um processo, 'a última etapa de uma série de opções históricas' pela modernidade técnica nas quais se desprezaram os objetivos sociais. A fabricação da apartação social foi iniciada em 1930, conformada por problemas estruturais (concentração da propriedade da terra, ênfase nas exportações e estruturação de uma economia cartorial) aos quais se somavam problemas conjunturais, como o endividamento externo, quando o Brasil iniciou sua transição para a democracia política. A modernização operada pelo regime autoritário de 64 significou a transformação de uma economia dual em economia de apartação. Isso significou "sair de uma economia tradicional, que garantia a sobrevivência pobre, sem penetrar na economia moderna, que não os necessita. Saem da dualidade e caem na exclusão" (Buarque, 1993).

Telles (1992) argumenta por uma "exclusão que se processa na lógica da cidadania restrita em que os direitos não se universalizam". É nas representações das diferenças que a autora observa a permanente atualização de uma tradição elitista e oligárquica na qual prepondera uma lógica silenciosa das exclusões,

permanentemente reposta no modo como as relações sociais se estruturam, definindo um tipo de sociabilidade que obsta a constituição de uma regra igualitária de reciprocidade que confira ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e legítimos. (Telles, 1992)

O processo de integração sempre foi incipiente no Brasil e o dualismo social sempre esteve presente. Entretanto, há uma mudança objetiva e subjetiva da 'questão social' que introduziu, para sua melhor compreensão, a utilização da categoria de exclusão social. A clivagem econômica, política e social demarcada nesse processo histórico de exclusão foi constituída, na década de 80, pela transição do regime político e pelos ciclos econômicos recessivos que aceleraram o processo e aumentaram a visibilidade da 'questão social'. Na década de 90, e não antes, surgiram os sinais evidentes de uma piora das condições de vida. A exclusão social tornou-se visível e contundente a partir da população de rua e da violência urbana (Nascimento, 1993b).

A nova questão social está caracterizada pelo crescimento da violência urbana e pela mudança do perfil de pobreza: há um deslocamento espacial (rural-urbano) e um deslocamento social à medida que a pobreza invade seto-

res do mundo do trabalho até então em mobilidade ascendente. A percepção do bloqueio da mobilidade social retira a transitoriedade da situação de exclusão. Há mudanças também nas representações sociais: “os pobres, os ‘novos’ excluídos, passam a ser vistos como economicamente supérfluos, socialmente ameaçadores e politicamente incômodos” (Nascimento, 1994b).

O aumento da visibilidade social do fenômeno da exclusão social na década de 90 decorreu assim de uma conjunção de fatores relacionados não apenas ao ritmo de crescimento das desigualdades, mas também ao regime político, à democracia. É sob a ótica dos direitos que Weffort (1992) aponta, como um grande obstáculo para a consolidação da democracia no Brasil, a não-integração de setores sociais, conformando uma “cidadania de segunda classe”. A transformação dos pobres em estrangeiros em seu próprio país (“inestrangeiros”), excluídos da lógica social da modernidade técnica, é uma situação limítrofe que a democracia tornou visível (Buarque, 1993). As condições de vida dos meninos e meninas de rua são consideradas como o

limite da exclusão social; (...) as crianças nas ruas são a expressão paradigmática da violência da sociedade brasileira, são testemunhas vivas e historicamente irredutíveis de um desenvolvimento nacional concentrador e excludente, e do aumento da pobreza em termos absolutos na década de 80. (Minayo, 1993)

Esses fenômenos de exclusão social, limítrofes ou não, estruturam-se sobre o pilar do ‘reino da necessidade’ mas também revelam uma lógica de exclusão que se manifesta em outras dimensões, como a da cidadania e a das representações sociais. Essa manifestação do fenômeno – social e temporalmente contextualizada – apresenta contrapontos importantes com o contexto francês, no qual a noção de exclusão social foi elaborada teoricamente para tornar-se um conceito de análise. Entretanto, isso não significa que se deva abdicar do conceito, e tampouco lhe retira o valor de análise em outra realidade social.

Na axiomática da exclusão (Didier, 1996), está muito bem delineado o modo como a categoria de exclusão social evoca a dualização. Assim como marginalidade e *underclass*, a categoria de exclusão social teria intrínseca uma abordagem dualizada da sociedade. Porém, como lançar mão dessa categoria de análise quando se está falando de uma sociedade “flexível” (Cândido, 1993) e de uma sociabilidade “inclusiva” (Da Matta, 1990)?

No Brasil, em oposição à sociedade *moral* construída nos Estados Unidos, que estabelece com nitidez as fronteiras entre o interior e o exterior do grupo, entre aceitação e transgressão das leis, “as formas espontâneas da sociabilidade atuaram com maior desafoço e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência”; “a sociedade brasileira se abriu com maior largueza à penetração dos grupos domina-

dos ou estranhos. E ganhou em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência” (Cândido, 1993). Essa flexibilidade é o que Da Matta vai chamar da “lógica da inclusividade” em uma “sociedade relacional”. Enquanto na sociedade norte-americana os valores e instituições que detêm a hegemonia operam segundo uma lógica bipolar, fundada na exclusão, no Brasil predomina uma lógica de inclusividade, articulando-se em planos de oposição hierárquica e complementar, que busca uma compensação dos extremos da escala hierarquizada da sociedade (Da Matta, 1993). Uma lógica que salienta “o ambíguo e o intermediário” no interior de um esqueleto hierarquizante naturalizado e avesso ao conflito aberto. “O Brasil não é marcado pela padronização e pelas dicotomias secas do preto e do branco, de quem está dentro ou fora, do é ou do não é, mas por permitir mais uma diferença e uma tonalidade” (Da Matta, 1990).

Embora a institucionalidade do sistema social seja orientada pelo credo igualitário, “a regra de ouro de um universo hierarquizante como o nosso é: ‘juntos, mas diferentes’”. É a oposição do *apartheid*: ‘separados, mas iguais’. Há uma articulação entre os extremos, em que todas as mediações são não somente possíveis, mas também essenciais para a dinâmica do sistema. Isso, porém, permite igualmente a operação inversa, isto é, a diferenciação contínua e sistemática dos iguais (Da Matta, 1990, 1993).

O sistema social brasileiro permite seqüências inusitadas de compensações sociais no interior de uma hierarquia de relações complementares, que vão do outro mundo até os animais e as plantas, passando por uma hierarquia de homens, cujo nível mais próximo da natureza estaria ocupado pelos escravos. Pensando o Brasil como um sistema tematizado por mediações, Da Matta critica o uso de uma epistemologia individualista para estudar uma sociedade que se pensa a si mesma como relacional. Faz-se uma leitura dualista de uma lógica social que é de fato triangular, complementar e hierárquica.

Na análise de uma sociedade relacional, tem pertinência a categoria da exclusão social? Tem pertinência quando exclusão social é pensada como um processo que opera uma interação excludente. A lógica da inclusividade operando sobre um esqueleto hierarquizante se expressa em uma fragmentação social, na coexistência de grupos cujos vínculos em diversas dimensões se apresentam mais ou menos coesos. A fragmentação social (pluralidade, transversalidade, policulturalismo), característica das sociedades pós-modernas, está contemporaneamente presente na sociedade brasileira; entretanto, ela se assenta em uma base estrutural de desigualdades sociais em que a ‘diferença’ que provoca interações de rejeição e hostilidade é a pobreza.

A exclusão social pode ser uma categoria de análise – em uma sociedade que se pensa como relacional e inclusiva – quando é abordada como um pro-

cesso e não apenas em oposição à integração social, pois as múltiplas formas em que se expressa revelam precisamente que seus elementos integrantes “não estão polarizados mas contraditoriamente combinados” (Martins, J. S., 1993). A ‘combinação paradoxal’ de formação e ruptura de vínculos sociais possibilita compreender uma realidade que se apresenta fragmentada (e não dualizada) envolvendo diversas modalidades de processos de integração/exclusão social. A acentuação da exclusão social como processo não lhe retira a característica de designar também um estado, mas este coexiste e está conjugado a diversas outras situações de vulnerabilidade e fragilização de vínculos que não são necessariamente de ruptura total ou de exclusão.

Essa coexistência de situações de vulnerabilidades se expressa com nitidez no âmbito da cidadania. Análises sobre o padrão brasileiro de cidadania (Carvalho, 1995; Draibe, 1989; Sposati, 1988; Fleury, 1994) indicam formas diferenciadas de acesso e usufruto aos direitos civis e sociais, conformando uma fragmentação de modalidades de cidadania, as quais englobam a não-cidadania, a cidadania invertida (Teixeira, 1991), a cidadania regulada (Santos, 1987) e a cidadania social ou plena (Marshall, 1967) no interior de um grupo nacional regido pela mesma Constituição. O padrão de cidadania em um contexto democrático pode ser analisado como expressão do fenômeno de exclusão social. Esse fenômeno envolve um processo que oferece acesso e usufruto diferenciados dos direitos constitucionais e uma zona de desvinculação completa, uma experiência de ‘não cidadania’, na qual a cidadania não confere ao indivíduo nenhuma ‘unidade de pertencimento’, nenhum lugar social.

Os processos e as condições de exclusão podem ser analisadas como “uma forma patológica de integração democrática” como fez Angelina Peralva (1994) sobre o racismo na sociedade francesa.

Passamos de uma situação em que o sujeito racializado tinha um lugar próprio na sociedade que o acolhia, embora *inferior*, posto que era o de um trabalhador desprovido dos direitos de cidadania a uma outra situação *em que não há mais lugar para ele e na qual ele passa a ser identificado pela sua diferença cultural*. (Peralva, 1994)

Há uma ruptura da integração social por quebra dos mecanismos de inserção. O estrangeiro está lá mas a diferença nega qualquer similitude, até a humana. A exclusão social no Brasil onde a ‘diferença’ é a pobreza, pode também designar essa passagem de um estatuto inferior para o ‘sem lugar’ caracterizado por uma diferença desumanizadora.

AS DIMENSÕES DA EXCLUSÃO SOCIAL: uma proposta conceitual e metodológica de análise do fenômeno

Diante de uma realidade que se apresenta fragmentada e integrada por mediações e compensações das diferenças, combinando lógicas paradoxais na formação e ruptura dos vínculos sociais, elaborei um percurso de estudo do fenômeno da exclusão social através da delimitação de dimensões ou âmbitos da vida social em que se processa, para compreender as interferências dos processos de desvinculação no cotidiano dos vulnerabilizados.

O conceito de exclusão social foi elaborado a partir dos trabalhos de Arendt,³⁶ que estuda a condição humana na *vita activa* através de três atividades ordenadas axiologicamente. Parte daquela em que mais nos parecemos com os animais (o labor, o metabolismo, que responde a necessidades inexoráveis e irreprimíveis e cujo produto é a própria vida, a condição de *animal laborans*), passa pelo trabalho (a capacidade de fazer, fabricar e produzir que constrói o mundo em que vivemos, a condição de *homo faber*), até atingir a atividade que mais distingue os homens como humanos que é a ação (englobando o agir e o falar, constituindo o *bios politikos*, a condição de interação entre os homens e a construção de um mundo em comum, a esfera pública). Assim, considero a exclusão social como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana.

Esse processo tem ‘traduções’ específicas segundo o âmbito da vida social em que ocorre e, sob a influência dos eixos de vinculação/desvinculação de Castel, analiso a exclusão social considerando-a como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade.

As trajetórias de vulnerabilidades dos vínculos com o *mundo do trabalho* envolvem a diminuição dos postos de trabalho, a precarização composta por empregos de tempo parcial ou de duração limitada, a não absorção da força de trabalho jovem,³⁷ a instabilidade e a irregularidade ocupacional, o desemprego recorrente e duradouro, as dificuldades crescentes de inserção da mão-de-obra não-qualificada e os rendimentos decrescentes das ‘ocupações pauperizadas’.

³⁶ Ressalte-se que a autora não emprega o termo *exclusão*, mas me forneceu os elementos nodais para construir a categoria e as dimensões da exclusão social.

³⁷ Os jovens brasileiros de 10 a 24 anos foram os mais afetados pelo desemprego nos anos 90, aponta estudo desenvolvido pelo professor Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. De 1980 a 1997 a taxa de desemprego juvenil cresceu de 4,5% para 13,9% mantendo-se uma vez e meia maior que a de desemprego total (*Jornal do Brasil*, 2 de setembro de 1998).

Nesse âmbito a caracterização principal do fenômeno de exclusão consiste em que contingentes populacionais cada vez maiores são economicamente desnecessários e supérfluos conformando, além do denominado desemprego estrutural, uma situação em que não há, sequer como potencialidade, postos de trabalho que poderiam ser ocupados no processo de produção de bens e serviços. Não há espaço na vida econômica para esses indivíduos: sua existência é disfuncional (no mínimo, um incômodo) tanto em relação às mudanças tecno-estruturais da produção quanto em relação às propostas de ajuste e reforma do Estado, o que os aproxima da conceituação de *underclass* – inúteis e incômodos.

Viviane Forrester (1997)³⁸ advoga que não se trata de uma crise social, e sim de uma mutação de civilização, na qual não haverá mais perspectivas de inserção pela via do trabalho. A autora condena os governantes e políticos por fingirem não se dar conta dessa mutação e fazer promessas sistemáticas de superação da crise e de ampliação do mercado de trabalho, obrigando os desempregados a um percurso de busca cotidiana de algo que não é mais oferecido. A inserção social através do vínculo com o mundo do trabalho é imposta, mas é também sistematicamente negada simplesmente porque não existe mais. A crise do emprego transformou-se em crise social porque, além da superprodução de uma mão-de-obra desqualificada, as perspectivas de trabalho não conferem nenhuma garantia de estabilidade, de salário e de condições de trabalho que permitam uma integração completa e durável em uma comunidade de pertencimento. É nesse processo de risco crescente de marginalização e déficit de integração que está posta a questão da exclusão social (Mingione, 1998).

Na *dimensão sociofamiliar* verifica-se a fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão. São percursos de distanciamento dos valores e das relações que estruturam o cotidiano e trajetórias de dificuldades em conseguir mobilizar apoios frente a situações de labilidade dos vínculos econômicos ou políticos. As transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito familiar, podendo inviabilizar os suportes, proteções e reconhecimentos aos seus membros. Na França, Castel identifica a restrição (nuclearização) dos laços familiares e de vizinhança, conseqüências da urbanização e do 'individualismo de massas', como vetores de vulnerabilidades expressos em domicílios uni-habitados e famílias monoparentais.

Esta é uma dimensão de especial relevância na configuração da exclusão social no Brasil, em que a esfera pública não se universalizou e a família se

³⁸ O *Horror Econômico* foi publicado na França em 1996, com grande sucesso e, no ano seguinte, no Brasil (Ed. Unesp). A melhor tradução do título talvez fosse o "terror" econômico, já que perspectivas de fenômenos totalitários estão presentes ao longo do livro.

manteve como principal suporte das relações sociais. Na sociabilidade brasileira as relações primárias familiares, locais e comunais mantiveram-se como a principal referência para o indivíduo reconhecer-se como tal (unidade de pertencimento), e como o suporte mais estável frente às freqüentes ‘adversidades’ oriundas do mercado de trabalho e da precariedade de proteções sociais. Desvinculações neste âmbito configuram situações de isolamento parcial ou completo e de solidão nas quais os indivíduos não compartilham nenhum lugar social, e não estão ancorados a nenhuma ‘unidade de pertencimento’ familiar ou comunitária.

Na *dimensão política* a experiência dos mais pobres revela a existência – em contextos democráticos – de situações não apreendidas pelos direitos ou nas quais o exercício dos direitos não é igual para todos. Os direitos elementares são para os pobres uma conquista de cada dia (*Droit en Quart Monde*³⁹). As trajetórias no âmbito da cidadania são de precariedade no acesso e no exercício de direitos formalmente constituídos, e de incapacidade de se fazer representar na esfera pública. Assim, configura-se um espaço de não-cidadania onde a destituição de direitos se associa com a privação de um poder de ação e representação (Telles, 1990, 1992a). Há uma fragmentação intensa, gerando uma estratificação da cidadania, que inclui o estatuto de ‘não-cidadão’ ou de um ‘território de infracidadania’.⁴⁰ A cidadania passa a ser desdobrada, fragmentando-se em relação a grupos populacionais específicos, podendo ocorrer, em certas situações, o “estilhaçamento da cidadania” (Lautier, 1992). Há exclusão da atividade política porque estão privados de recursos de poder e, também, pelo desencanto com a política, pela descrença de que esta contenha as potencialidades de ação na construção de um mundo comum, de uma esfera pública de igualdade.

A cidadania se constitui através do primeiro direito que é o “de ter direito a ter direitos” (Arendt, 1989). Os cidadãos são indivíduos portadores de interesses e direitos legítimos, são *sujeitos* com poder de agir e falar. Os direitos e os costumes revelam as “regras simbólicas das reciprocidades esperadas: os critérios pelos quais são discriminadas as diferenças e definidas suas equivalências possíveis” (Telles, 1992a). Considerando que os homens são diferentes entre si, diversos, plurais, por características de natalidade e identidade (originalidade, singularidade), a igualdade é um ‘artefato’ para a construção de um mundo comum. Igualdade é portanto um conceito político que possibilita na esfera pública a expressão das diferenças individuais. “A igualdade exige que eu reconheça que todo e qualquer indivíduo é igual a mim” (Arendt, 1989).

O âmbito dos direitos, definido por sua formalização e experiência, deve

³⁹ *Droit en Quart Monde* é uma publicação dos *Juristes Solidarités*, Bélgica.

⁴⁰ Alencastro, Luís Felipe. *Vêja*, 8 de janeiro de 1997.

ser caracterizado segundo a amplitude de situações que são apreendidas e pela igualdade de exercício dos direitos. Os indivíduos podem ser privados dos direitos de cidadania em diferentes situações sociais: no despotismo, circunstância em que todos, exceto um, estão destituídos dos direitos; no caso dos estrangeiros para os quais existem leis diferenciadas; em situações sociais nas quais não existem leis para determinados grupos (apátridas, minorias étnicas e sexuais); e nas condições em que existem leis iguais para todos mas o exercício dos direitos é fortemente obstado para determinados grupos (pobres).

Nas situações de despotismo e na condição de estrangeiro, mesmo sendo constituídas a partir da negação de direitos, para todos ou para os de fora, há uma regra. O mesmo não pode ser dito dos apátridas, pois o que ocorre é que “não há leis para eles”.⁴¹ Mas as situações de ‘destituição de direitos’ dos pobres, mesmo que trabalhadores, revelam a impossibilidade de instituir uma regra igualitária de reciprocidade. O território de infracidadania mostra que a experiência (exercício cotidiano) da igualdade guarda uma certa autonomia do âmbito jurídico formal de sua configuração. São os “inestrangeiros” de Buarque: “nacionais politicamente, estrangeiros socialmente”, no interior de “uma ‘cidadania partida’ que parece ser estendida a todos, mas se apresenta de forma diferente conforme a posição social do indivíduo” (Buarque, 1994).

A articulação da pobreza com a não-cidadania é um ponto central na caracterização da exclusão social, mas situações de desvinculação no âmbito da cidadania podem combinar-se com vínculos sociofamiliares sólidos, e o distanciamento da esfera pública, inclusive, pode vir a reforçar a densidade dos vínculos sociais primários. Embora não tenha um lugar na ‘rua’ como ‘indivíduo-cidadão’, o sujeito encontra referências e suportes – materiais e simbólicos – no seu espaço privado familiar e de vizinhança, em ‘casa’ como ‘pessoa’. A fragilização dos vínculos de cidadania acentua a “privatização da experiência social” (Telles, 1992b). Desde a transição democrática até o momento atual ocorreu no Brasil um processo de ampliação dos direitos, mas, também, uma cidadanização seletiva. Isso porque pessoas submetidas a carências materiais extremas, em seu aprisionamento no ‘reino das necessidades’, encontram enormes obstáculos para conseguir apresentar-se na cena política como sujeito portador de interesses e direitos legítimos.

Se os direitos revelam as equivalências possíveis, sua análise deve estar associada à abordagem das representações sociais, pois é este o âmbito do fenômeno que possibilita entender a exclusão social para além dos elementos de sua produção (vínculos econômicos) e de sua consolidação (vínculos sociais e

⁴¹ Apátridas e minorias viveram a experiência de “não ter direito algum”. E por não terem direitos tinham de viver constantemente transgredindo a lei. “Só como transgressor da lei, como criminoso, esse excluído poderia voltar a ser um cidadão completo, ou seja, alguém protegido pela lei” (Arendt, 1989).

políticos) nos elementos que a tornam natural (vínculos culturais e éticos). Cidadania, civilidade e civismo significam para Telles “três modos de dizer o lugar dos direitos, como lei e cultura pública, como regra da sociabilidade e como mundo de subjetivação e construção de identidades” (Telles, 1992a). É no terreno dos hábitos e costumes, no cotidiano social, nas interações sociais, no *âmbito cultural*, no eixo de troca de valores simbólicos, que a exclusão se manifesta de maneira mais radical, criando ‘dois mundos’.

O obscurecimento e a invisibilidade característicos da pobreza e a estigmatização característica da discriminação são acrescidos da indiferença, do conformismo e da fatalidade. Trajetórias de desvinculação dos valores simbólicos podem conduzir à experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais. Certas formas de representação coletiva situam as pessoas tão distantes de nosso universo mental, tão fora de nosso pensamento, que “é como se elas não existissem” (Xiberras, 1993). São caminhos de não-reconhecimento, de indiferença, de negação da identidade ou de identidade negativa, de estigmatização e de criminalização da diferença.

Alteridade é “a diferença reconhecida como identidade e representação” (Telles, 1992a). A pluralidade humana se manifesta através da ‘diferença’, da diversidade da espécie em sua especificidade, singularidade, originalidade e identidade individual. A igualdade e a desigualdade são construções sociais, são conceitos políticos. A igualdade ‘básica’ é o reconhecimento do outro como igual em direitos mesmo que (e até porque) diferente em personalidade; é a igualdade das diferenças frente a algo que é comum, é o ‘direito a ter direitos’. As representações sociais revelam uma escala de ‘estranheza’ do outro e de não-reconhecimento das identidades sociais, estruturando as bases da interação social, que podem tender tanto para a acentuação das similitudes (relações de proximidade e igualdade) quanto para a acentuação das diferenças (relações de distância e estigmatização).

A relação com o outro, a relação de reciprocidade, a ação frente à diferença é caracterizada por Simmel (Simmel, apud Xiberras, 1993) nas interações com o ‘estrangeiro’, no reconhecimento (ou não) de similitudes. As similitudes podem ser fundadas de acordo com três perspectivas: singulares – próprias a um só grupo (clã, família); específicas ou típicas – próprias a um tipo de homem (profissionais, religião); e universais ou gerais – próprias a toda a humanidade. Na paixão a relação é de proximidade máxima; com o bárbaro a relação é de distância máxima, recusa-se qualquer similitude – até a mais geral (humanidade). Hostilidade e indiferença são duas reações à radical diferença do outro. Hostilidade é o sentimento explícito frente a quem nos ameaça, presente na xenofobia. Na hostilidade, que pode atingir o extermínio, a diferença é uma ameaça a ser eliminada fisicamente (Fontes, 1997). A indiferença é o sentimento

implícito de inexistência – é “o esquecimento em vida” (Forrester, 1997). A exclusão por indiferença, como nas relações entre colonizadores e indígenas, significa que as catástrofes que possam se abater sobre o outro não fazem parte do rol de problemas a serem considerados pela sociedade (Fontes, 1997).

Na matriz brasileira de relações sociais predomina a “lógica desumana do ‘estranho’, onde há enormes dificuldades no reconhecimento do outro, sua aceitação como *outro*, isto é diferente, e *igual*” (Martins, J.S., 1993). As interações sociais marcam nitidamente a discriminação, estigmatização e criminalização da pobreza. Nas representações sociais “o pobre passou de objeto de pena para objeto de indiferença e, nos dias atuais, para objeto de medo” (Nascimento, 1994c). Em todas as modalidades são representações sociais estereotipadas que lançam em uma ‘vala comum’, homogeneizando sob um estigma, a pluralidade e a diversidade humana e de grupos sociais. É a ‘profecia autocumprida’ que no imaginário social (e, principalmente policial) associa criminalidade e pobreza (Zaluar, 1994c). A criminalização da pobreza, além de transformar todos os pobres em objetos de uma repressão específica e dirigida, torna-os também ‘alvo’ de relações de hostilidade, de intolerância, de rejeição e também de eliminação.

Nos processos de exclusão social a escala de ‘estranheza’ atinge o limite de retirar o caráter de humano ao outro. A existência humana na indigência, restrita ao atendimento das mais poderosas necessidades do processo vital, é obscurecida e desumanizada. Esse obscurecimento da existência significa que não se participa da esfera pública, vive-se nas sombras, sem se deixar vestígios da passagem pelo mundo.⁴² Procede-se uma desumanização, o que significa que há uma retirada do caráter de ser humano nas interações sociais que envolvem indivíduos pobres, relegados à condição de *animal laborans*. Ou “uma diferenciação tal entre os homens que pode chegar a criar ‘espécies’ diferentes de homens” (Buarque, 1993).

Essa diferenciação extrema se insere em uma ‘cultura’ que envolve a naturalização da pobreza e seus corolários – banalização, indiferença, fatalidade e conformismo – quadro em que a pobreza é aceita, sem indignação e reações, como integrante (estrutural, perene) do cenário social. “Transformada em paisagem, (a pobreza) é trivializada e banalizada e não interpela responsabilidades individuais ou coletivas” (Telles, 1992a). Naturalização e fatalidade, banalização do inadmissível. Situar a condição humana de miséria no espectro da ‘fatalidade’ implica a submissão ao imprevisível, ao destino, ao léu, à ‘sina’ e ao arbítrio.

⁴² “A humanidade não toma conhecimento dele, e ele vagueia e perambula, despercebido. Em meio a uma multidão, na igreja, no mercado (...) ele está tão na obscuridade como se estivesse num sótão ou num porão. Ele não é desaprovado, nem censurado, nem acusado; ele simplesmente não é notado (...). Ser totalmente ignorado e ter consciência disso é algo intolerável”. Discurso de John Adams referido por Arendt (1990).

A pobreza como 'fatalidade' individual ou social envolve considerar o cotidiano como determinado pela natureza ou por alguma força sobrenatural (a lógica do 'outro mundo') em detrimento das potencialidades do agir em comum. Quando uma condição limítrofe entre a vida e a morte é aceita pela sociedade com ceticismo quanto às suas possibilidades de transformação, e com um esquecimento sistemático, é como se os indivíduos sujeitos a esta situação "não existissem. A morte desses indivíduos passa a selar o fato de que eles jamais haviam existido. Quando não há testemunhas, não pode haver testemunho" (Arendt, 1989).

Na dimensão humana, no *mundo da vida*, a exclusão social pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana. Os grupos sociais excluídos que se vêem reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única preocupação é manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da idéia de humanidade e, por vezes, da própria idéia de vida. Os grupos sem vínculos com os mundos do trabalho e da cidadania, que não têm direito a ter direitos e cujas potencialidades da condição humana encontram-se limitadas a conseguir sobreviver, não interessam a ninguém, são supérfluos e desnecessários à vida social, são descartáveis, e podem ser eliminados das mais diferentes formas, ostensivas ou opacas, que ninguém os reclamará. Expulsos da idéia de humanidade, sua eliminação (matando, mandando matar ou deixando morrer) não interpela responsabilidades públicas nem sociais. Sua sobrevivência, preocupação exclusivamente individual, circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro; a vida é um eterno presente, uma condição na qual "torna-se permanente o processo de morrer" (Arendt, 1989).

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas, e ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não há (mais) um lugar social para ele, mas ele deve encontrar formas de suprir suas necessidades vitais e sobreviver sem suportes estáveis materiais e simbólicos. A ausência de lugar envolve uma 'anulação' social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade.